



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

1.^a SÉRIE

N.º 06/30 DE JUNHO DE 2014

Publica-se ao Exército o seguinte:

SUMÁRIO

LEIS

Assembleia da República

Lei n.º 35/2014:

Lei Geral do Trabalho em Funções
Públicas..... 286

DECRETOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Presidência da República

Decreto do Presidente da República n.º 49/2014

Ratifica o Acordo Quadro entre a
República Portuguesa e o Governo da
República da Turquia sobre Cooperação
Militar, assinado em Lisboa, em 6 de maio de
2013..... 286

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assembleia da República

Resolução da Assembleia da República n.º 56/2014

Aprova o Acordo Quadro entre a
República Portuguesa e o Governo da
República da Turquia sobre Cooperação
Militar, assinado em Lisboa, em 6 de maio de
2013..... 286

RESOLUÇÕES DO CONSELHO

DE MINISTROS

Presidência do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2014

Autoriza a realização da despesa
relativa à execução das intervenções no
Hospital das Forças Armadas, Polo de
Lisboa e no Campus de Saúde Militar no
Lumiar, para o triénio 2014-2016..... 291

DECISÕES DE TRIBUNAIS

Tribunal Constitucional

Acórdão n.º 413/2014:

Declara a inconstitucionalidade, com
força obrigatória geral, de algumas normas
constantes da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de
dezembro (Orçamento do Estado para 2014)
e não declara a inconstitucionalidade de
outras normas da mesma Lei..... 293

PORTARIAS

Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional

Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional

Portaria n.º 434-A/2014:

Extensão de encargos - PM35/Lisboa –
Colégio Militar..... 294

DESPACHOS	
Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional	Despacho n.º 7 352/2014:
Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional	Ratificação de STANAG 2 512 <i>Edition</i> 2 — <i>Allied Joint Doctrine for Modes of Multinational Logistic Support</i> 301
Despacho n.º 8 244-B/2014:	Despacho n.º 7 353/2014:
Desafetação do domínio público militar do imóvel designado por "Fortaleza do Pico de São João" 294	Ratificação de STANAG 2 961 <i>Edition</i> 3 — <i>Classes of Supply of Nato Forces</i> 301
Ministério da Defesa Nacional	Estado-Maior General das Forças Armadas
Gabinete do Ministro	Comando Operacional dos Açores
Despacho n.º 7 234-A/2014:	Despacho n.º 8 193/2014:
Diretiva Ministerial Complementar para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas..... 296	Subdelegação de competências no Coronel Chefe do Estado-Maior do COA..... 301
Despacho n.º 7 423/2014:	Comando Operacional da Madeira
Aprovação de minuta e delegação de competência no General CEMGFA..... 298	Despacho n.º 7 426/2014:
Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional	Subdelegação de competências no Coronel Chefe do Estado-Maior do COM.... 302
Despacho n.º 8 409-B/2014:	Comando do Exército
Procede à retificação da omissão das peças do procedimento de empreitada de obras públicas - PM 035/LISBOA (Colégio Militar)..... 299	Direção de Administração de Recursos Humanos
Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa	Despacho n.º 7 575/2014:
Despacho n.º 7 284/2014:	Subdelegação de competências no Coronel Chefe da RRRD/DARH..... 302
Ratificação de STANAG 2 190 <i>JINT</i> (<i>Edition</i> 2) (<i>Ratification Draft 1</i>) — <i>Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter – Intelligence and Security</i> — <i>AJP-2 Edition A</i> . 299	Comando das Forças Terrestres
Despacho n.º 7 286/2014:	Comando e Gabinete
Ratificação de STANAG 2 613 <i>Edition</i> 1 — <i>Retrograde of Materiel</i> 299	Despacho n.º 7 433/2014:
Despacho n.º 7 287/2014:	Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RI1..... 303
Ratificação de STANAG 2 459 <i>I-AMMO</i> (<i>Edition</i> 3) — <i>The Procedures for Ammunition Interchangeability</i> 300	Despacho n.º 7 434/2014:
Despacho n.º 7 349/2014:	Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RE1..... 303
Ratificação de STANAG 2 299 <i>Edition</i> 1- <i>Guidance for the Application of Tactical Military Activities in Counterinsurgency</i> 300	Despacho n.º 7 435/2014:
Despacho n.º 7 351/2014:	Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RL2..... 304
Ratificação de STANAG 2 614 <i>Edition</i> 1 - <i>Convoy Operations</i> 300	Despacho n.º 7 500/2014:
	Subdelegação de competências no Tenente-Coronel Comandante da UnAp do CFT..... 304
	Zona Militar dos Açores
	Comando e Gabinete
	Despacho n.º 7 294/2014:
	Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RG1..... 304

Despacho n.º 7 295/2014:

Subdelegação de competências
no Coronel Tirocinado 2º Comandante da
ZMA..... 305

Despacho n.º 7 296/2014:

Subdelegação de competências
no Coronel Comandante do RG2..... 305

Despacho n.º 7 297/2014:

Subdelegação de competências no
Tenente-Coronel Comandante da UnAp da
ZMA..... 305

DECLARAÇÕES**Ministério da Defesa Nacional****Gabinete do Ministro****Declaração de Retificação n.º 628/2014:**

Retifica a Portaria n.º 434-A/2014, de
9 de maio de 2014, publicada no Diário da
República, 2.ª série, n.º 108, de 5 de junho de
2014..... 306

Comando do Exército**Gabinete do CEME****Declaração de Retificação n.º 566/2014:**

Retifica o despacho n.º 10 397/2013,
publicado no Diário da República, 2.ª série,
n.º 153, de 9 de agosto de 2013..... 306

PROTOCOLOS**Protocolo de utilização precária entre:****- O Ministério da Defesa Nacional e:**

- A Câmara Municipal de Mafra..... 307

Protocolo colaboração entre:**- A Brigada de Intervenção e:**

- A Associação Académica de Coimbra
(Queima das Fitas 2014)..... 310

I — LEIS**Assembleia da República****Lei n.º 35/2014
de 20 de junho**

É aprovada, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que regula o vínculo de trabalho em funções públicas.

(DR, 1.ª Série, n.º 117, de 20jun14)

II — DECRETOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**Presidência da República****Decreto do Presidente da República n.º 49/2014
de 26 de junho**

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *b*) da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Acordo Quadro entre a República Portuguesa e o Governo da República da Turquia sobre Cooperação Militar, assinado em Lisboa, em 6 de maio de 2013, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 56/2014, em 4 de abril de 2014.

Assinado em 17 de junho de 2014.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 20 de junho de 2014.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

(DR, 1.ª Série, n.º 121, de 26jun14)

III — RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**Resolução da Assembleia da República n.º 56/2014****Aprova o Acordo Quadro entre a República Portuguesa
e o Governo da República da Turquia sobre
Cooperação Militar, assinado em Lisboa, em 6 de maio de 2013**

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea *i*) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar o Acordo Quadro entre a República Portuguesa e o Governo da República da Turquia sobre Cooperação Militar, assinado em Lisboa, em 6 de maio de 2013, cujo texto, nas versões autenticadas, nas línguas portuguesa, turca e inglesa, se publica em anexo.

Aprovada em 4 de abril de 2014.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

**ACORDO QUADRO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA
E O GOVERNO DA REPÚBLICA
DA TURQUIA SOBRE COOPERAÇÃO MILITAR**

A República Portuguesa e o Governo da República da Turquia, doravante designados individualmente por a «Parte» e coletivamente por as «Partes»:

Considerando a Organização do Tratado do Atlântico Norte como um pilar de segurança e estabilidade;

Reafirmando o seu compromisso para com os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas;

Salientando o facto de uma cooperação entre as Partes nos diversos domínios da defesa, assente na soberania de ambas e nos princípios da igualdade e do respeito mútuo, contribuir para o interesse comum das duas nações e a eficiência económica;

Sublinhando a necessidade de melhorar as relações amistosas existentes entre as duas nações, com base nas leis nacionais, nas regras e nos acordos internacionais;

acordam o seguinte:

Artigo I

Objeto

Este Acordo tem por objeto estabelecer um quadro para as relações entre as Partes, no âmbito das respetivas responsabilidades das autoridades competentes, nos domínios definidos no artigo IV e assegurar a cooperação em matéria de defesa e em matéria militar entre as Partes.

Artigo II

Âmbito de aplicação

Este Acordo abrange o intercâmbio de pessoal, material, equipamento, informação e experiência nos domínios definidos no artigo IV, bem como em outros domínios a definir em acordos complementares e acordos de aplicação, em memorandos de entendimento, protocolos e outros instrumentos técnicos a elaborar com base neste Acordo.

Artigo III

Definições

As definições utilizadas neste Acordo têm os seguintes significados:

1) Por Estado de envio entende-se o Estado que envia pessoal, material e equipamento para o Estado de receção para os fins deste Acordo;

2) Por Estado de receção entende-se o Estado em cujo território estão colocados o pessoal, material e equipamento do Estado de envio para efeitos de aplicação deste Acordo;

3) Por pessoal convidado entende-se os oficiais militares/civis das Partes colocados no território da outra Parte;

4) Por dependente entende-se a pessoa pela qual o pessoal convidado é responsável, em conformidade com a sua respetiva legislação nacional;

5) Por pessoal sénior entende-se o oficial da categoria mais elevada de entre o pessoal convidado que supervisiona as atividades do grupo militar/civil enviado no âmbito deste Acordo e que foi nomeado em conformidade com a legislação nacional do Estado de envio;

6) Por cooperação entende-se as atividades desenvolvidas no âmbito deste Acordo numa base de reciprocidade em assuntos determinados pela legislação nacional das duas Partes.

Artigo IV

Áreas de cooperação

A cooperação entre as Partes será desenvolvida nas seguintes áreas:

- 1) Política de defesa e doutrina militar;
- 2) Estabelecimentos das Forças Armadas e instituições de defesa;
- 3) Regime jurídico aplicável à defesa e aos militares;
- 4) Luta contra o terrorismo;
- 5) Operações de manutenção da paz e operações humanitárias;
- 6) Administração e gestão de pessoal;
- 7) Treino, formação e exercícios militares;
- 8) Cartografia, hidrografia e geografia militar;
- 9) Serviços de medicina e saúde militares;
- 10) História militar, arquivos, publicações e museus militares;
- 11) Investigação científica e tecnológica militar;
- 12) Logística e sistemas logísticos;
- 13) Indústria de defesa;
- 14) Questões ambientais e controlo da poluição em instalações militares;
- 15) Inteligência militar;
- 16) Atividades sociais, culturais e desportivas.

Artigo V

Aplicação e princípios da cooperação

1 — De acordo com a decisão das Partes, a cooperação pode ser empreendida através das seguintes formas:

- a) Reuniões e visitas dos ministros da defesa, chefes de estado-maior e seus adjuntos ou outros oficiais autorizados pelas Partes;
- b) Troca de experiências entre os peritos das Partes nos vários domínios de atividades no âmbito militar e no âmbito da defesa;
- c) Contactos entre instituições similares militares e de defesa;
- d) Organização de debates, consultas e reuniões conjuntas, bem como a participação em cursos, simpósios e conferências;
- e) Planeamento e execução de exercícios conjuntos, bem como o convite a observadores militares para assistir a manobras e ou treinos (incluindo contra incêndios) no território nacional;
- f) Troca de informação e materiais educativos;
- g) Concessão de ajuda ou troca de apoio logístico no âmbito da gestão de munições e serviços em troca de pagamento;
- h) Visitas a portos de mar.

2 — No decurso da aplicação, cujos pormenores serão decididos em conjunto pelas Partes, podem ser concluídos acordos complementares e acordos de aplicação, memorandos de entendimento, protocolos e instrumentos nos termos deste Acordo.

Artigo VI

Autoridades competentes

As autoridades competentes para a aplicação do presente Acordo são:

Pelo Governo da República da Turquia: o Estado-Maior da República da Turquia;

Pela República Portuguesa: o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa.

Artigo VII

Segurança da informação classificada

1 — A troca de informação classificada será regulada por um acordo de segurança entre a República Portuguesa e a República da Turquia sobre a proteção mútua de informação classificada.

2 — Até à conclusão do Acordo aplicar-se-ão as seguintes regras:

a) Toda a informação classificada, documentos, direitos de propriedade e de propriedade intelectual e material facultados ou gerados ao abrigo deste Acordo, deverão ser devidamente armazenados, tratados, produzidos, trocados, comunicados ou utilizados tendo em vista o seu fim, em conformidade com os acordos ou instrumentos subsequentes, concluídos entre as Partes;

b) A informação e os materiais que uma Parte recebe da outra Parte não podem ser utilizados contra os interesses da outra Parte;

c) A informação e o material classificados só podem ser divulgados a terceiros com o consentimento escrito da Parte divulgadora antes da divulgação.

d) As responsabilidades das Partes quanto à proteção e prevenção da desclassificação ou baixa de classificação da informação e dos materiais classificados trocados manter-se-ão após o termo deste Acordo.

Artigo VIII

Assuntos jurídicos

1 — O pessoal convidado e respetivos dependentes estarão sujeitos às leis e aos regulamentos existentes no Estado de receção durante a sua permanência no território do Estado de receção, incluindo entrada e saída, pertencendo o direito de jurisdição ao Estado de receção.

2 — O Estado de receção notificará de imediato o Estado de envio da prisão de qualquer membro do pessoal convidado, bem como da prisão dos seus dependentes.

3 — Sempre que qualquer membro do pessoal convidado ou um dos seus dependentes seja processado judicialmente ou julgado pelo Estado de receção, ele ou ela terão direito a todas as garantias processuais não menos favoráveis que as concedidas aos nacionais do Estado de receção.

4 — Se o pessoal convidado violar a lei do Estado de receção, será posto termo às suas atividades.

5 — O Estado de envio terá o direito de exercer jurisdição disciplinar sobre o pessoal convidado no território do Estado de receção.

6 — O pessoal sénior do Estado de envio tem o poder de aplicar medidas disciplinares ao seu pessoal em conformidade com as suas próprias leis relativas ao serviço militar e em matéria disciplinar.

Artigo IX

Pedidos de indemnização

1 — Cada Parte renunciará a todos os seus pedidos de indemnização contra a outra Parte, exceto quando os danos ou perdas resultarem de negligência grosseira ou de falta intencional. As Partes deverão decidir em conjunto se esses danos ou perdas foram ou não causados por negligência grosseira ou falta intencional.

2 — No que toca a pedidos de indemnização apresentados por terceiros, aplicar-se-á a legislação do Estado de receção sobre perdas e danos causados, deliberadamente ou não, a bens e mercadorias.

3 — O Estado de envio não solicitará indemnização em caso de lesão e morte do seu pessoal durante o exercício das atividades no âmbito deste Acordo.

4 — Os pedidos de indemnização serão decididos por via diplomática em conformidade com o artigo XIV.

Artigo X

Assuntos administrativos

1 — Salvo decisão mútua em contrário das Partes, o Estado de receção não atribuirá ao pessoal convidado outras funções para além das especificadas neste Acordo ou nos acordos e instrumentos subsequentes.

2 — O pessoal militar convidado usará o uniforme e as insígnias militares das respetivas Forças Armadas nos seus postos.

3 — O Estado de envio reserva-se o direito de determinar o regresso do seu pessoal quando o julgar necessário, e o Estado de receção tomará as medidas necessárias para realizar a ação assim que receba o pedido.

4 — Todo o pessoal convidado e respetivos dependentes podem beneficiar dos clubes de oficiais, das cantinas militares e das infraestruturas de lazer destinadas aos militares, dependendo dos regulamentos do Estado de receção.

5 — Em caso de morte de um membro do pessoal convidado ou de um dependente, o Estado de receção informará o Estado de envio do sucedido, transportará o corpo para o aeroporto internacional mais próximo no seu território e adotará as medidas de transferência adequadas até à entrega do mesmo.

Artigo XI

Serviços médicos

1 — O pessoal convidado deverá estar clinicamente apto para exercer qualquer atividade ao abrigo deste Acordo.

2 — O pessoal convidado e respetivos dependentes beneficiarão de assistência médica nos hospitais militares do Estado de receção em condições idênticas às do pessoal militar e respetivas famílias do Estado de receção.

3 — Salvo decisão mútua em contrário, constante dos acordos de aplicação nos termos deste Acordo, os cuidados médicos que exijam próteses dentárias, oculares, auditivas e outros equipamentos auxiliares serão excluídos dos serviços médicos gratuitos, sendo todas as despesas com tratamento médico de longa duração, remédios, todos os outros tipos de serviços médicos, bem como as despesas com o regresso dos doentes ao seu país pagas pelo Estado de envio.

4 — Quaisquer despesas com serviços médicos prestados por instituições civis serão pagas pelo pessoal que recebeu os serviços médicos.

Artigo XII

Assuntos financeiros

1 — Os direitos individuais, o salário e as obrigações financeiras do pessoal convidado, afeto às atividades de cooperação abrangidas por este Acordo, dependentes dos regulamentos do Estado de envio, serão suportados pelo Estado de envio.

2 — Todas as despesas deverão ser classificadas como despesas cobradas, não cobradas ou descontadas.

Artigo XIII

Responsabilidades internacionais

As disposições do presente Acordo não prejudicam as obrigações decorrentes de outros acordos internacionais e não deverão ser utilizadas contra os interesses, a segurança e a integridade territorial de outros Estados.

Artigo XIV

Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia entre as Partes relativa à aplicação ou interpretação do presente Acordo será solucionada através de consultas e negociações entre as Partes.

Artigo XV**Revisão**

1 — O presente Acordo pode ser objeto de revisão mediante pedido escrito de qualquer uma das Partes.

2 — As emendas entrarão em vigor nos termos previstos no artigo XVII do presente Acordo.

Artigo XVI**Vigência e denúncia**

1 — O presente Acordo permanecerá em vigor por um período de cinco anos, renovável automaticamente por períodos sucessivos de um ano.

2 — Qualquer uma das Partes pode, em qualquer momento, denunciar o presente Acordo, mediante notificação prévia, por escrito e por via diplomática.

3 — O presente Acordo cessa a sua vigência 90 dias após a data de receção dessa notificação.

4 — A denúncia do presente Acordo não afeta os programas e atividades em curso, salvo acordo em contrário das Partes.

Artigo XVII**Entrada em vigor**

O presente Acordo entrará em vigor 60 dias após a data da receção da última notificação pelas Partes, por escrito e por via diplomática, certificando que foram cumpridos os respetivos requisitos de Direito interno necessários para o efeito.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito pelos seus respetivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito em Lisboa, no dia 6 de maio de 2013, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa, turca e inglesa, todos os textos fazendo igualmente fé. Em caso de divergência de interpretação prevalecerá a versão inglesa.

Pela República Portuguesa:

José Pedro Aguiar-Branco, Ministro da Defesa Nacional.

Pelo Governo da República da Turquia:

Ahmet Davutoğlu, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

(DR, 1.ª Série, n.º 121, de 26jun14)

IV — RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE MINISTROS**Presidência do Conselho de Ministros****Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2014**

A Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, e a Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro, consagraram a criação do Hospital das Forças Armadas (HFAR), enquanto hospital militar único, sendo que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2008, de 28 de fevereiro, que aprovou as orientações para a execução da reorganização da estrutura superior da defesa nacional e das Forças Armadas, preconizou que o HFAR deveria ficar organizado em dois polos hospitalares, um em Lisboa e outro no Porto.

Neste sentido, o Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto, criou o Polo de Lisboa do HFAR, com localização no espaço físico até então ocupado pelo Hospital da Força Aérea, resultante da fusão, nos termos do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, dos quatro hospitais militares existentes em Lisboa (Hospital da Marinha, Hospital Militar Principal, Hospital Militar de Belém e Hospital da Força Aérea) e determinou a extinção destes hospitais.

O aludido Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto, estabeleceu um prazo máximo de 24 meses para o processo de fusão nele previsto, determinando que, durante o mesmo período, o órgão de direção previsto no seu artigo 5.º exercerá as suas funções na dependência direta do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

É através do Decreto-Lei n.º 84/2014, de 27 de maio, que é criado o HFAR na dependência do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) constituído pelo Polo de Lisboa (HFAR/PL) e pelo Polo do Porto (HFAR/PP), extinguindo-se assim o HMR1, sendo as suas atribuições e competências transferidas para o HFAR.

Importa agora proceder à transferência das diversas funcionalidades dos anteriores estabelecimentos hospitalares e de outras estruturas de saúde militar para o *Campus* de Saúde Militar. Para tal, foi já aprovado pelo Ministro da Defesa Nacional, um plano de zonamento, tendo em vista a adequação das infraestruturas à população a servir.

Considerando que parte significativa das medidas que constituem a reforma do Sistema de Saúde Militar traduzir-se-á numa maior racionalização de meios, num melhor aproveitamento de sinergias e numa redução significativa de custos, potenciando uma gestão eficiente e flexível, sendo expectável que a implementação das medidas propostas permita dispor de uma estrutura de saúde dotada da dimensão e da casuística que garantam um elevado padrão de qualidade dos serviços prestados, sem descurar a prontidão de resposta às exigências operacionais das Forças Armadas.

É por isso que, estas intervenções se constituem como um fator determinante para o pleno e eficaz funcionamento e a completa implementação do Polo de Lisboa do HFAR e do *Campus* de Saúde Militar.

Assim:

Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 17.º e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro, do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1. Autorizar a realização da despesa necessária à execução das intervenções nas infraestruturas do Polo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas (HFAR) e do Campus de Saúde Militar no Lumiar, constantes do mapa anexo à presente resolução, que dela faz parte integrante, para o triénio 2014 2016, até ao montante máximo de €17 796 221,50, a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

2. Determinar que os encargos orçamentais resultantes do número anterior não podem exceder, em cada ano económico, os seguintes montantes, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor:

2014 — €7 036 156,50;

2015 — €9 778 165,00;

2016 — €981 900,00.

3. Determinar que o montante fixado para cada ano económico é acrescido do saldo apurado no ano que antecede.

4. Determinar que os encargos emergentes da presente resolução são suportados pelas verbas adequadas a inscrever no orçamento do Ministério da Defesa Nacional, capítulo 02 – EMGFA.

5. Delegar, com faculdade de subdelegação, ao abrigo do n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, no Ministro da Defesa Nacional, a competência para a prática de todos os atos a realizar no âmbito da autorização conferida pela presente resolução

6. Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

Presidência do Conselho de Ministros, 19 de junho de 2014. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO

Unid: EUR

N.º	DESIGNAÇÃO	VALOR (S/IVA)		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1	Reabilitação de messe e serviços administrativos.....	2 442 451,50	394 360,00	
2	Construção da central de resíduos.....	312 455,00		
3	Transferência e instalação dos Serviços de Saúde Mental, Centro de Epidemiologia/Intervenção Preventiva e Medicina do Trabalho.....	1 900 000,00		
4	Projeto e ampliação do parque de estacionamento dos utentes.....	1 671 500,00		
5	Projeto e construção do edifício H05	677 140,00	7 140 000,00	
6	Ampliação da área do serviço do internamento.....		443 655,00	
7	Redes (estruturada, elétrica, águas, esgotos, gases) e medidas de segurança.....		1 800 150,00	981 900,00
	Total.....	7 036 156,50	9 778 165,00	981 900,00

(DR, 1.ª Série, n.º 119, de 24jun14)

V — DECISÕES DE TRIBUNAIS

Tribunal Constitucional

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014

Decide-se:

a) Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro;

b) Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da proporcionalidade, ínsito no artigo 2.º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 115.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro;

c) Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 117.º, n.ºs 1 a 7, 10 e 15, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro;

d) Não declarar a inconstitucionalidade das normas do artigo 75.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro;

e) Em função do decidido na precedente alínea *a)*, declarar prejudicada a apreciação do pedido subsidiário relativo à norma da alínea *r)* do n.º 9 do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

f) Determinar que a declaração da inconstitucionalidade constante da alínea *a)* só produza efeitos a partir da data da presente decisão.

(DR, 2.ª Série, n.º 119, de 26jun14)

VI — PORTARIAS

Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional

Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional

Portaria n.º 434-A/2014

Pelo Despacho n.º 5 580-A/2014, de 30 de abril da Secretaria de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 85, de 5 de maio de 2014, foi autorizado o lançamento da empreitada de obra pública com 11 designação “PM 35/LISBOA (COLÉGIO MILITAR) — Construção do edifício para internato feminino e instalações de apoio” com o preço base de €2 276 422,76 (dois milhões, duzentos e setenta e seis mil, quatrocentos e vinte e dois euros e setenta e seis cêntimos).

Considerando que o prazo de execução dessa empreitada abrange os anos de 2014 e 2015, toma-se necessário proceder à repartição por esses anos económicos dos encargos financeiros resultantes da execução do contrato.

Assim, e em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, manda o Governo, pela Ministra de Estado e das Finanças e pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

1. Fica o Exército Português autorizado a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de empreitada de obra pública com a designação “PM 35/LISBOA (COLÉGIO MILITAR) — Construção do edifício para internato feminino e instalações de apoio” com o preço base de €2 276 422,76 (dois milhões, duzentos e setenta e seis mil, quatrocentos e vinte e dois euros e setenta e seis cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

2. Os encargos orçamentais decorrentes da execução do contrato de empreitada a que se refere o número anterior não podem exceder, em cada ano, os seguintes montantes, sem IVA:

a) Em 2014: € 758 807,58 (setecentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e sete euros e cinquenta e oito cêntimos);

b) Em 2015: € 1 517 615,18 (um milhão, quinhentos e dezassete mil, seiscentos e quinze euros e dezoito cêntimos).

3. O montante fixado para o ano de 2015 será acrescido do saldo apurado na execução orçamental do ano anterior.

4. O cabimento da despesa relativa ao ano económico de 2014 encontra-se assegurado pela fonte de financiamento OMDN-EI3-D.07.01.14.A0.00-Investimentos Militares.

5. A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

9 de maio de 2014. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 108, 1.º Supl., de 05jun14)

VII — DESPACHOS

Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional

Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional

Despacho n.º 8 244-B/2014

Considerando que o Estado é dono e legítimo possuidor do imóvel designado por “Fortaleza do Pico de São João”, afeto ao Ministério da Defesa Nacional;

Considerando que, presentemente, não cumpre nenhuma função militar;

Considerando que este imóvel integra o domínio público militar e está classificado como imóvel de interesse público, pelo Decreto n.º 32 973 de 18 de agosto;

Considerando que este imóvel faz parte dos imóveis de interesse cultural e turístico da Cidade do Funchal;

Considerando que, para a Marinha o imóvel não tem qualquer utilidade e o Governo Regional da Madeira desde há vários anos que vem demonstrando interesse na Fortaleza do Pico de São João, por forma a que seja afetada a fins integrados nas suas atribuições;

Considerando que a Fortaleza do Pico de São João contém no seu interior vários edifícios em avançado estado de degradação, que reclamam intervenção com alguma brevidade, bem como as muralhas que a delimitam, necessitando, por isso, de reconstrução urgente, tendo estas intervenções um custo financeiro significativo;

Considerando que, dadas as características deste imóvel, essencialmente históricas e arquitetónicas, e estado de degradação em que se encontra, a sua reabilitação não foi considerada prioritária e possível no âmbito das exigências de racionalização da recuperação do património do Estado afeto à defesa nacional;

Considerando que a Região Autónoma da Madeira predispõe-se a reabilitar este imóvel permitindo a sua fruição pública pela população residente e visitantes, afetando-o ainda a fins de utilidade pública;

Considerando que, nos termos do artigo 1.º-A do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto, os imóveis afetos à Defesa Nacional que o deixem de estar, devem ser preferencialmente afetos a outras funções do Estado e de outras pessoas coletivas públicas;

Considerando que o imóvel designado por “Fortaleza do Pico de São João” integra o domínio público militar e que outra utilização fora daquele âmbito torna necessária a sua desafetação desse domínio;

Considerando que, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto, os imóveis integrados no domínio público militar só podem ser objeto de utilização por outras pessoas coletivas públicas, mediante reafetação, após a sua desafetação daquele domínio público;

Considerando que, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto, a desafetação do domínio público militar é feita por resolução do Conselho de Ministros, mediante proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, propõe-se que:

Seja tomada resolução do Conselho de Ministros no sentido de desafetar do domínio público militar o imóvel designado por “Fortaleza do Pico de São João”, com a área de 3 845m², situado na freguesia de S. Pedro, concelho do Funchal, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1 049, Livro B-16v. fls. 52v e descrito na Conservatória do Registo Predial do Funchal sob o n.º 1 277, fls. 153v. Lv F-3, em nome do Estado, tendo em vista a sua cessão a título definitivo à Região Autónoma da Madeira, com dispensa de avaliação do imóvel, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 7.º n.º 3, do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto, e artigo 8.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 196/2001, de 29 de junho, a afetar ao desenvolvimento das finalidades de interesse público prosseguidas no âmbito do Governo Regional no quadro cultural e de promoção turística da Região, e mediante a contrapartida consubstanciada na transferência da propriedade da embarcação Blaus VII para o Ministério da Defesa Nacional – Marinha, e ainda, na manutenção da cedência do direito de uso das instalações do designado “Edifício Funchal 2000” sito na Avenida Calouste Gulbenkian, na cidade do Funchal, pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P., (IGFEJ,I.P.), nos termos ajustados em Protocolo já celebrado entre as partes.

23 de junho de 2014. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 119, 2.º Supl., de 24jun14)

Ministério da Defesa Nacional**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 7 234-A/2014**

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho e do artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, determino a publicação da Diretiva Ministerial Complementar para a reforma estrutural na defesa nacional e nas Forças Armadas, anexa ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

29 de maio de 2014. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

Diretiva Ministerial Complementar para a reforma estrutural na defesa nacional e nas Forças Armadas – Reforma “Defesa 2020”**1. Enquadramento**

A Diretiva Ministerial para a reforma estrutural na defesa nacional e nas Forças Armadas – Reforma “Defesa 2020”, publicada através do Despacho n.º 7 527-A/2013, de 31 de maio, definiu orientações políticas para a implementação da reforma e estabeleceu tarefas, responsáveis pela sua execução, prazos e a articulação requerida.

Estas orientações foram articuladas em dois núcleos: (i) o planeamento estratégico de defesa e (ii) a reorganização da macroestrutura da Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Desde a sua publicação foram completadas, em número significativo, parte das tarefas estabelecidas, designadamente as relacionadas com a revisão do edifício conceptual e legislativo da Defesa Nacional e das Forças Armadas, o que, reconheço, reflete o elevado esforço e determinação na prossecução da reforma em curso.

Foram identificadas como prioritárias, no âmbito da reorganização da macroestrutura da Defesa Nacional e das Forças Armadas, a revisão dos projetos de Lei de Defesa Nacional (LDN), de Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA) e de Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional (LOMDN), porquanto constituem o suporte legislativo para a continuação com êxito das restantes tarefas.

Assim, uma vez que já se encontram em condições de, a muito breve prazo, seguirem os procedimentos normais conducentes à sua aprovação, considero que, de acordo com os objetivos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, ter sido alcançado o final de uma primeira fase dos trabalhos da reforma “Defesa 2020”. Mantendo as orientações iniciais, deve proceder-se no entanto ao ajustamento de algumas tarefas, cuja complexidade e exigências de articulação assim o requerem.

Pretende-se agora, numa segunda fase desta reforma, garantir a materialização estrutural da dimensão conceptual gizada e o aprofundamento das tarefas no âmbito do planeamento estratégico.

2. Finalidade

Restabelecer tarefas, prazos de execução e mecanismos de articulação, tendo em vista a implementação da reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas – Reforma “Defesa 2020”.

3. Tarefas do Planeamento Estratégico

Tendo em conta o nível de concretização das tarefas da reorganização da macroestrutura da Defesa Nacional e das Forças Armadas, e atento à necessidade de alinhamento das mesmas com as tarefas concorrentes no âmbito do planeamento estratégico, estabeleço, adicionalmente, as seguintes indicações:

a. Ajustar os rácios de despesa

Reconhecendo a importância de garantir a previsibilidade dos processos atinentes à atribuição dos recursos financeiros e que o reequilíbrio dos diferentes agregados de despesa nas percentagens definidas (60% em pessoal, 25% em operação e manutenção e 15% em investimento em capacidades, incluindo, investigação, desenvolvimento e inovação), deve ser atingido, progressivamente, até 2020, o CCEM deve apresentar, até 31 de dezembro de 2014, um plano com a projeção anual destes agregados até dezembro de 2020, discriminando as medidas que sustentam a sua materialização.

b. Redimensionar o efetivo de pessoal das Forças Armadas

Tendo por base os diferentes trabalhos já realizados neste âmbito, pelo EMGFA, Ramos e DGPRM, o CCEM deve apresentar:

(1) Até 31 de julho de 2014, um programa calendarizado da evolução dos efetivos, com o respetivo impacto financeiro, cobrindo todas formas de prestação de serviço, que permita atingir o objetivo definido até 31 de dezembro de 2020 e atenda ao principal esforço de redução a efetivar entre 2014 e 2015;

(2) Até 30 de setembro de 2014, um projeto de revisão dos diplomas relativos aos efetivos militares dos quadros-permanentes e dos regimes de contrato e voluntariado, dentro e fora dos ramos.

c. Elaborar os projetos de CEM, MIFA, SFN e DIF

Considerando a apreciação do relatório de capacidades, submetido através do Memorando n.º 045/CEMGFA/2013, de 31 de outubro, e dos projetos de revisão do CEM, MIFA, SF e DIF, anexados ao Memorando n.º 038/CEMGFA/2013, de 30 de setembro, determino:

(1) Que o CCEM:

(a) Até 30 de junho de 2014, elabore e apresente os projetos finais dos documentos estruturantes do planeamento estratégico, de acordo com as orientações determinadas no meu Despacho n.º 43/MDN/2014, de 24 de março de 2014;

(b) Até 30 de julho de 2014, apresente o plano de redução do dispositivo territorial, conforme diretrizes definidas no despacho n.º 7 527-A/2013, de 31 de maio, devidamente integrado e harmonizado com os projetos de CEM, MIFA, SFN e DIF.

(2) Que o IDN e a DGPRM, até 20 de junho de 2014, promovam a realização de um seminário que contribua para desenvolver um conceito de reserva operacional, enquanto instrumento de suporte à formulação de um efetivo sistema de mobilização e convocação, que considere neste último caso, os efetivos a convocar quer na reserva de disponibilidade e reserva de recrutamento, quer os efetivos dos QP na reserva fora da efetividade do serviço. Por outro lado, deverá ainda suscitar os cenários plausíveis que permitam estimar um esforço máximo de mobilização militar e os setores críticos em termos de mobilização civil.

d. Dar início ao ciclo de Planeamento de Defesa Militar

(1) Até 15 dias de calendário após a confirmação do CEM/MIFA/SF, pelo Conselho Superior de Defesa Nacional, a DGPDN deve proceder à atualização da proposta de Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar, submetida através ofício n.º 1 939, de 26 de dezembro de 2013;

(2) Constituindo a Lei de Programação Militar o principal instrumento financeiro de planeamento a médio prazo (cf. n.º 1 Art.º 46.º da LOBOFA) para a edificação do futuro sistema de forças, mas reconhecendo a necessidade de focar este diploma numa perspetiva realista de médio prazo, alinhado com o planeamento estratégico da OTAN e com a estratégia orçamental do Estado, a DGAIED, em articulação com o CEMGFA, CEM e demais serviços centrais do MDN, deve adequar o projeto da LPM para a programação do investimento público das Forças Armadas para um período máximo de doze anos, em que o 1.º quadriénio inclua os compromissos a assumir na área da Defesa, o 2.º quadriénio, com carácter indicativo, contemple a prospetiva de despesa, e ainda, excecionalmente,

um 3.º quadriénio para o caso de sistemas/equipamentos que justifiquem uma programação financeira mais alargada, com pressupostos e condições a definir. A proposta de LPM em causa deverá ser submetida ao Conselho Superior Militar, até 45 dias de calendário após a difusão da Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar;

(3) Em conformidade com a apresentação dos documentos estruturantes do planeamento estratégico, em particular o SF e o DIF, a DGAIED, em articulação com o CEMGFA e os CEM, deve apresentar o projeto de revisão da LPIM, até 30 dias de calendário após a difusão da Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar.

4. Tarefas da reorganização da macroestrutura da Defesa Nacional e das Forças Armadas

Considerando que neste capítulo estão finalizados e prontos para seguir os passos normais até à sua aprovação, os projetos de LDN, LOBOFA e LOMDN, dando corpo as orientações definidas através do Despacho n.º 7 527-A/2013, de 31 de maio;

Considerando o trabalho já desenvolvido, no âmbito da DGPRM, sobre o plano de redução de pessoal civil na Defesa Nacional, e face aos resultados e prospetivas apresentadas, importa continuar a acompanhar a boa evolução do processo, devendo ser elaborado um ponto da situação em final de 2014;

Com base no projeto de LOBOFA, apresentado pelo Governo à Assembleia da República, e na proposta de revisão da LOMDN, os projetos de Lei Orgânica do EMGFA, Lei Orgânica da Marinha, do Exército e da Força Aérea, em linha com o CEM/MIFA/SF/DIF, devem ser apresentados até 15 de julho de 2014;

Considerando que todas as tarefas incluídas na “Defesa 2020” não explicitamente referidas neste despacho devem prosseguir conforme anteriormente determinado na Diretiva Ministerial para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas — Reforma “Defesa 2020”;

Reconheço o trabalho desenvolvido até ao presente momento e, de acordo com as datas estabelecidas no Despacho n.º 7 527-A/2013, de 31 de maio, ou aquelas que nesta diretiva foram restabelecidas, aguardo a conclusão das tarefas em curso.

(DR, 2.ª Série, n.º 105, 1.º Supl., de 02jun14)

Despacho n.º 7 423/2014

Considerando a manutenção do cargo de representante nacional de ligação (*National Liaison Representative — NLR*) com o *Supreme Allied Commander Transformation*, como importante e empenhada de Portugal no âmbito do relacionamento com aquele alto comando da estrutura da OTAN;

Considerando a necessidade de aprovar e assinar a renovação do «*Memorandum of Understanding Between Supreme Allied Commander Transformation and the Portuguese Armed Forces Regarding Assignment of a National Liaison Representative to Headquarters, Supreme Allied Commander Transformation*» (MOU NLR), respeitante à manutenção e gestão daquele cargo;

Considerando que a alteração do termo de duração do referido MOU NLR não implica novos compromissos nem altera os atuais, sendo que quaisquer outras alterações ao mesmo ficam remetidas para momento posterior;

Atento o anteriormente exposto, e verificando-se não existirem aspetos normativos e de natureza orçamental que justifiquem a inviabilidade da sua aprovação pelo Estado:

1. Aprovo, nos termos do disposto no artigo 14.º, n.º 3, alínea f) da Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, o texto da minuta da carta de resposta ao ofício enviado pelo *Chief of Staff Headquarters, Supreme Allied Commander Transformation*, datado de 14 de abril de 2014, aceitando a extensão por mais dez anos, a partir de 30SET2014, do «*Memorandum of Understanding Between Supreme Allied Commander Transformation and the Portuguese Armed Forces Regarding Assignment of a National Liaison Representative to Headquarters, Supreme Allied Commander Transformation*» (MoU NLR), que me foi submetida pelo General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, e que vai por mim rubricada.

2. Delego, no General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com faculdade de subdelegação, a assinatura da carta de prorrogação da validade do MoU mencionado no número anterior, nos termos do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e Lei n.º 30/2008, de 10 de julho.

22 de maio de 2014. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 109, de 06jun14)

**Gabinete da Secretária de Estado Adjunta
e da Defesa Nacional**

Despacho n.º 8 409-B/2014

Considerando a delegação de competências constante do ponto 4 do Despacho n.º 5 957/2013, de 24 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 88, de 8 de maio, o meu Despacho n.º 5880-A/2014, de 30 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 85, de 5 de maio, e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), procedo à retificação da omissão das peças do procedimento de empreitada de obras públicas com a designação EOP 40.341.08/14 – PM 035/LISBOA (Colégio Militar) – “Construção do Edifício para Internato Feminino e Instalações de Apoio”, e determino a respetiva disponibilização na plataforma eletrónica de contratação pública Vortal.Gov.

23 de junho de 2014. — A Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral*.

(DR, 2.ª Série, n.º 122, 1º Supl., de 27jun14)

Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa

Despacho n.º 7 284/2014

A normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea k) do n.º 1 do despacho n.º 6 864/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de abril de 2012, que Portugal ratifique o STANAG 2 190 *JINT (Edition 2) (Ratification Draft 1) — Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter –Intelligence and Security — AJP -2 Edition A*, com implementação na Marinha, no Exército e na Força Aérea.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

8 de abril de 2014. — O Diretor-Geral, *Manuel de Matos Gravilha Chambel*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 107, de 04jun14)

Despacho n.º 7 286/2014

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças

multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea *k*) do n.º 1 do Despacho n.º 6 864/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de abril, que Portugal ratifique o STANAG 2 613 *Edition 1 — Retrograde of Materiel*, com implementação na Marinha, no Exército e na Força Aérea.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

5 de maio de 2014. — O Diretor-Geral, *Manuel de Matos Gravilha Chambel*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 107, de 04jun14)

Despacho n.º 7 287/2014

A normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea *k*) do n.º 1 do despacho n.º 6 864/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de abril de 2012, que Portugal ratifique o STANAG 2 459 *I-AMMO (Edition 3) — The Procedures for Ammunition Interchangeability*, com implementação na Marinha, no Exército e na Força Aérea.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

5 de maio de 2014. — O Diretor-Geral, *Manuel de Matos Gravilha Chambel*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 107, de 04jun14)

Despacho n.º 7 349/2014

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea *k*) do n.º 1 do Despacho n.º 6 864/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de abril, que Portugal ratifique o STANAG 2 299 *Edition 1- Guidance for the Application of Tactical Military Activities in Counterinsurgency*, com implementação na Marinha e no Exército.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

8 de abril de 2014. — O Diretor-Geral, *Manuel de Matos Gravilha Chambel*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 108, de 05jun14)

Despacho n.º 7 351/2014

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea *k*) do n.º 1 do Despacho n.º 6 864/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de

abril, que Portugal ratifique o STANAG 2 614 *Edition 1 - Convoy Operations*, com implementação na Marinha, no Exército e na Força Aérea.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

5 de maio de 2014. — O Diretor-Geral, *Manuel de Matos Gravilha Chambel*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 108, de 05jun14)

Despacho n.º 7 352/2014

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea k) do n.º 1 do Despacho n.º 6 864/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de abril, que Portugal ratifique o STANAG 2 512 *Edition 2 — Allied Joint Doctrine for Modes of Multinational Logistic Support*, com implementação na Marinha, no Exército e na Força Aérea.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

5 de maio de 2014. — O Diretor-Geral, *Manuel de Matos Gravilha Chambel*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 108, de 05jun14)

Despacho n.º 7 353/2014

A Normalização constitui-se como instrumento decisivo de melhoria da eficácia operacional por via da promoção da interoperabilidade das forças, sistemas e equipamentos militares, com decorrente incremento de eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Atento ao contributo trazido pela Normalização ao desempenho das Forças Armadas no cumprimento das missões de Defesa, designadamente no contexto da sua integração em forças multinacionais, e tendo presentes os compromissos a que o país se encontra vinculado em matéria de Normalização no quadro da OTAN, determino, ao abrigo da competência delegada nos termos da alínea k) do n.º 1 do Despacho n.º 6 864/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de abril, que Portugal ratifique o STANAG 2 961 *Edition 3 — Classes of Supply of Nato Forces*, com implementação na Marinha, no Exército e na Força Aérea.

Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

5 de maio de 2014. — O Diretor-Geral, *Manuel de Matos Gravilha Chambel*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 108, de 05jun14)

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Comando Operacional dos Açores

Despacho n.º 8 193/2014

1 — No uso da autorização que me é conferida pelo Despacho n.º 6 112/2014, de 12 de março, de sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, subdelego no Chefe do Estado-Maior do Comando Operacional dos Açores, Cor Inf (17636380) **Carlos Alberto Lopes Beleza**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais atos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, até ao limite de €5 000,00.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 21 de março de 2014, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Chefe do Estado-Maior do Comando operacional dos Açores que se incluíam no âmbito desta subdelegação de competências.

17 de junho de 2014. — O Comandante Operacional dos Açores, *Augusto Mourão Ezequiel*, Vice-Almirante.

(DR, 2.ª Série, n.º 119, de 24jun14)

Comando Operacional da Madeira

Despacho n.º 7 426/2014

Subdelegação de competências no chefe do Estado-Maior do Comando Operacional da Madeira

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 5 no Despacho n.º 6 111/2014, de 15 de abril de 2014, do General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90 de 12 de maio de 2014, conjugado com o n.º 2 do artigo n.º 36 do Código de Procedimento Administrativo, subdelego no Chefe do Estado-Maior do Comando Operacional da Madeira, Cor Inf (16600984) **Joaquim Alberto Alves Santana**, a competência para a prática dos seguintes atos administrativos:

a) Autorizar a inscrição e participação de pessoal em reuniões, estágios, ações de formação ou outras missões específicas em território nacional, desde que integrados em atividades do Comando Operacional da Madeira (COM) e inseridos em planos aprovados, bem como devidamente orçamentados;

b) Autorizar a condução de viaturas afetas ao COM, nos termos do Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril e 55-A/2010, de 31 de dezembro;

c) No âmbito da missão do COM, autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €5 000,00.

2 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 7 de fevereiro de 2014, ficando por este meio ratificados todos os atos nele incluídos e entretanto praticados pelo identificado Chefe do Estado-Maior do Comando Operacional da Madeira.

16 de maio de 2014. — O Comandante Operacional da Madeira, *Marco António Mendes Paulino Serronha*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 109, de 06jun14)

Comando do Exército

Comando do Pessoal

Direção de Administração de Recursos Humanos

Despacho n.º 7 575/2014

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do Despacho n.º 5 521/2014, de 27 de março, do Tenente-General Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 78, de 22 de abril de 2014, subdelego no Cor Inf (01268983) **Jorge Ferreira de Brito**, Chefe da Repartição de Reserva, Reforma e Disponibilidade/DARH, a competência que em mim foi subdelegada para a prática dos seguintes atos:

a) Autorizar a passagem à reserva de militares nos termos das alíneas a) do n.º 1 do artigo 152.ª do EMFAR, exceto Oficiais Generais;

b) Autorizar a passagem à reforma de militares nos termos da alínea a), b) e c) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, bem como nos termos do n.º 3 do mesmo artigo;

c) Promover a passagem à reforma extraordinária de militares nos termos do artigo 160.º do EMFAR;

d) Apreciar a transferência de obrigações militares de pessoal na disponibilidade;

e) Autorizar o alistamento nas forças de segurança a militares na disponibilidade;

f) Autorizar o tratamento e hospitalização de militares na disponibilidade;

g) Apreciar assuntos relativos aos militares e ex-militares Pensionistas incluindo os militares auxiliados da ATFA;

h) Autorizar averbamentos a introduzir nos processos individuais dos militares fora da efetividade de serviço, militares na disponibilidade e ex-militares;

i) Apreciar requerimentos solicitando a passagem de certificados.

2 — Este despacho produz efeitos desde 18 de fevereiro de 2014, inclusive, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

23 de abril de 2014. — O Diretor da DARH, *José António da Fonseca e Sousa*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 111, de 11jun14)

Comando das Forças Terrestres

Comando e Gabinete

Despacho n.º 7 433/2014

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 4 625/2014 de 31 de março de 2014, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 63, de 31 de março de 2014, subdelego no Comandante do Regimento de Infantaria N.º 1, Cor Inf (05303583) **Jorge Manuel Sequeira Iglésias**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €24 939,89.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2014 e até a tomada de posse do titular do cargo de Comandante das Forças Terrestres, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Regimento de Infantaria n.º 1, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

2 de abril de 2014. — O Adjunto do Comandante das Forças Terrestres, *Nuno Augusto Teixeira Pires da Silva*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 109, de 06jun14)

Despacho n.º 7 434/2014

1 — Ao abrigo do n.º 2 do despacho n.º 4 625/2014, de 31 de março, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 63, de 31 de março de 2014, subdelego no Comandante do Regimento de Engenharia n.º 1, Cor Eng (12656084) **João Manuel Pires**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €24 939,89.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2014 e até a tomada de posse do titular do cargo de Comandante das Forças Terrestres, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Regimento de Engenharia n.º 1, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

2 de abril de 2014. — O Adjunto do Comandante das Forças Terrestres, *Nuno Augusto Teixeira Pires da Silva*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 109, de 06jun14)

Despacho n.º 7 435/2014

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 4 625/2014 de 31 de março de 2014, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 63, de 31 de março de 2014, subdelego no Comandante do Regimento de Lanceiros N.º 2, Cor Cav (12763583) **Carlos Manuel Siborro Reis**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €24 939,89.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2014 e até a tomada de posse do titular do cargo de Comandante das Forças Terrestres, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Regimento de Lanceiros n.º 2, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

2 de abril de 2014. — O Adjunto do Comandante das Forças Terrestres, *Nuno Augusto Teixeira Pires da Silva*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 109, de 06jun14)

Despacho n.º 7 500/2014

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 4 625/2014 de 31 de março de 2014, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 63, de 31 de março de 2014, subdelego no Comandante da Unidade de Apoio do Comando das Forças Terrestres, TCor Inf (06341683) **José Manuel Pires Contramestre**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €24 939,89.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2014 e até à tomada de posse do titular do cargo de Comandante das Forças Terrestres, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante da Unidade de Apoio do Comando das Forças Terrestres, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

2 de abril de 2014. — O Adjunto do Comandante das Forças Terrestres, *Nuno Augusto Teixeira Pires da Silva*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 110, de 09jun14)

Zona Militar dos Açores**Comando e Gabinete****Despacho n.º 7 294/2014****Subdelegação de Competências no Comandante
do Regimento de Guarnição n.º 1**

1 — No uso da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 4 624/2014, de 17 de março de 2014, do Excelentíssimo General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 63, de 31 de março de 2014, subdelego no Comandante do Regimento de Guarnição n.º 1, Cor Inf (02126184) **Carlos Alberto Esteves Filipe**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €15 000,00.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 18 de fevereiro de 2014, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Regimento de Guarnição n.º 1, que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

3 — O presente despacho vigora até à tomada de posse do titular do cargo de Comandante das Forças Terrestres.

31 de março de 2014. — O Comandante da Zona Militar dos Açores, *José Manuel Cardoso Lourenço*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 107, de 04jun14)

Despacho n.º 7 295/2014

Subdelegação de competências no Segundo Comandante da Zona Militar dos Açores

1 — No uso da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 4 624/2014, de 17 de março de 2014, do Excelentíssimo General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 63, de 31 de março de 2014, subdelego no Segundo Comandante da Zona Militar dos Açores, Cor Tir Inf (02054282) **João Otílio Passos Gonçalves**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €35 000,00.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 18 de fevereiro de 2014, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Segundo Comandante da Zona Militar dos Açores, que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

3 — O presente despacho vigora até à tomada de posse do titular do cargo de Comandante das Forças Terrestres.

31 de março de 2014. — O Comandante da Zona Militar dos Açores, *José Manuel Cardoso Lourenço*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 107, de 04jun14)

Despacho n.º 7 296/2014

Subdelegação de competências no Comandante do Regimento de Guarnição n.º 2

1 — No uso da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 4 624/2014, de 17 de março de 2014, do Excelentíssimo General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 63, de 31 de março de 2014, subdelego no Comandante do Regimento de Guarnição n.º 2, Cor Art (12680584) **Nuno Manuel Monteiro Fernandes**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €15 000,00.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 18 de fevereiro de 2014, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Regimento de Guarnição n.º 2, que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

3 — O presente despacho vigora até à tomada de posse do titular do cargo de Comandante das Forças Terrestres.

31 de março de 2014. — O Comandante da Zona Militar dos Açores, *José Manuel Cardoso Lourenço*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 107, de 04jun14)

Despacho n.º 7 297/2014**Subdelegação de competências no Comandante da Unidade
de Apoio do Comando da Zona Militar dos Açores**

1 — No uso da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do despacho n.º 4 624/2014, de 17 de março, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 63, de 31 de março de 2014, subdelego no Comandante da Unidade de Apoio do Comando da Zona Militar dos Açores, TCor Inf (04257987) **João Alberto Gonçalves Domingos**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €15 000.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 18 de fevereiro de 2014, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante da Unidade de Apoio do Comando da Zona Militar dos Açores, que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

3 — O presente despacho vigora até à tomada de posse do titular do cargo de comandante das Forças Terrestres.

31 de março de 2014. — O Comandante da Zona Militar dos Açores, *José Manuel Cardoso Lourenço*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 107, de 04jun14)

VIII — DECLARAÇÕES**Ministério da Defesa Nacional****Gabinete do Ministro****Declaração de retificação n.º 628/2014**

Por ter sido publicada com inexatidão a Portaria n.º 434-A/2014, de 9 de maio de 2014, no *Diário da República*, 2.ª série, suplemento, n.º 108, de 5 de junho de 2014, retifica-se que:

No primeiro parágrafo onde se lê:

«...obra pública com 11 designação “PM 35/LISBOA (COLÉGIO MILITAR)...»

deve ler -se:

«...obra pública com a designação “PM 35/LISBOA (COLÉGIO MILITAR)...»

6 de junho de 2014. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 117, de 20jun14)

Comando do Exército**Gabinete do CEME****Declaração de retificação n.º 566/2014**

Por ter saído com uma incorreção o despacho n.º 10 397/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 153, de 9 de agosto de 2013, retifica-se que, no n.º 1, alínea *b*), onde se lê

«coordenar a atividade do Instituto Geográfico do Exército, da Unidade de Apoio Amadora –Sintra e do Centro de Audiovisuais do Exército» deve ler-se «coordenar a atividade da Unidade de Apoio Amadora-Sintra e do Centro de Audiovisuais do Exército».

14 de maio de 2014. — O Chefe do Gabinete, *José Ulisses Veiga Santos Ribeiro Braga*, Coronel Tirocinado de Cavalaria.

(DR, 2.ª Série, n.º 105, de 02jun14)

IX — PROTOCOLOS

PROTOCOLO DE UTILIZAÇÃO PRECÁRIA ENTRE O MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL E A CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA PARA A CONSTRUÇÃO UTILIZAÇÃO DE 5574 m2 DO PM/63 MAFRA COMO PARQUEAMENTO PÚBLICO GRATUITO

1. Preâmbulo

Considerando que:

1. Com a criação da Escola das Armas verifica-se a necessidade de áreas de estacionamento suplementares de suporte aos militares, quer em serviço efetivo nesta, quer em formação, bem como para apoio dos respetivos familiares que os visitam;
2. Quer interna quer externamente, o estacionamento existente é insuficiente para fazer face às necessidades inerentes à atividade desta Unidade Militar;
3. A Câmara Municipal de Mafra apresentou a intenção da utilização de uma área de 5 574 m2 do PM/63 MAFRA, em utilização pelo Exército, para efeitos de estacionamento público, como sendo o melhor local na envolvente do Palácio Nacional de Mafra e da Escola das Armas, para aumentar as capacidades desta natureza disponibilizadas aos militares e cidadãos em geral, a título gratuito;
4. O Exército, ciente do seu papel no apoio às comunidades locais em que se localizam as suas unidades, estabelecimentos e órgãos, analisadas as suas capacidades para este objetivo, considera oportuna e adequada a iniciativa da Câmara Municipal de Mafra, salvaguardadas as necessárias condicionantes para a segurança e funcionamento das suas instalações militares;

2. Identificação das partes

Entre:

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (adiante designado por **MDN**), como primeiro outorgante, representado neste ato pelo Comandante da Escola das Armas, Major-General Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira, Diretor de Formação do Comando de Instrução e Doutrina;

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA (adiante designada por **CMM**), como segundo outorgante, representada neste ato pelo seu Presidente, Hélder António Guerra de Sousa Silva;

é celebrado o presente protocolo de utilização precária que se rege pelas seguintes cláusulas:

3. Parte dispositiva

Cláusula 1.ª **Objeto**

Este protocolo tem por objeto a definição e regulação das obrigações da CMM e da Escola das Armas relativamente às condições de acessibilidade e segurança, bem como às condições de utilização da área pretendida para uso como estacionamento público, localizado na área do PM 63/MAFRA.

Cláusula 2.^a

Obrigações do MDN

1. No âmbito do presente protocolo, o primeiro outorgante compromete-se à cedência precária da área pretendida, identificada nas plantas anexas ao presente protocolo, para construção de estacionamento público;

2. Mais se compromete a solicitar à CMM, com o aviso prévio de 30 dias, exceto em situações especiais, devidamente justificadas, a eventual necessidade de utilização desta área para fins militares.

Cláusula 3.^a

Obrigações da Câmara Municipal de Mafra

1. No âmbito da acessibilidade e segurança, o segundo outorgante compromete-se:

a) À construção do estacionamento, nos termos identificados nas plantas em anexo, garantindo a possibilidade de interdição temporária, sempre que a necessidade seja justificada, através da capacidade de encerramento do acesso principal;

b) À construção do estacionamento garantindo o acesso permanente às instalações militares do Alto da Vela, através da construção de acessos pavimentados e instalação de portões para peões e viaturas (lado norte para peões, lado sul para viaturas, neste caso com ligação pavimentada ao espaço entre os edifícios);

c) A garantir a separação física entre a área do estacionamento e as instalações militares do Alto da Vela, através da construção de muro com 0,5m de altura e encimado com gradeamento metálico de 2,0 m de altura;

d) A garantir a implementação das necessárias condições de iluminação, tendentes à segurança dos utilizadores e da área como um todo;

2. Mais se compromete, o segundo outorgante:

a) A utilizar esta área exclusivamente à finalidade de estacionamento público gratuito;

b) A garantir e assumir os custos inerentes à iluminação pública do espaço;

c) A garantir e assumir os trabalhos e custos inerentes à manutenção e preservação das zonas verdes e de estacionamento;

d) A promover junto das autoridades policiais competentes a garantia da segurança do espaço em apreço, enquanto utilizado como estacionamento público;

e) Afetar 30 por cento (30%) dos lugares de estacionamento do estacionamento para uso exclusivo da Escola das Armas, na zona contígua às instalações do Alto da Vela, em regime de utilização gratuita.

Cláusula 4.^a

Benfeitorias

No momento de cessação dos efeitos do presente protocolo, todas as benfeitorias realizadas ao abrigo da cláusula 3.^a, reverterão de forma gratuita para o primeiro outorgante, com dispensa de reposição ao estado inicial do terreno.

Cláusula 5.^a

Interdição temporária

Razões de força maior, nomeadamente em caso de emergência ou para fins militares, ou conforme o disposto no n.º 2 da cláusula 2.^a, podem levar à interdição temporária da sua utilização da área pretendida como estacionamento público.

Cláusula 6.^a Resolução

A violação, por um dos outorgantes, de qualquer das obrigações assumidas ao abrigo do presente protocolo, confere ao outorgante não faltoso, o direito à resolução do protocolo, a comunicar através de carta registada com aviso de receção, não havendo lugar ao pagamento de indemnização.

Cláusula 7.^a Vigência

1. O presente protocolo entra em vigor, após a data da sua assinatura.
2. O presente protocolo vigora por 15 anos, automaticamente renovável por períodos de 5 anos, se não denunciado por qualquer uma das partes com a antecedência mínima de 60 dias ao termo do mesmo ou da respetiva renovação.

Feito e assinado em duplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar.

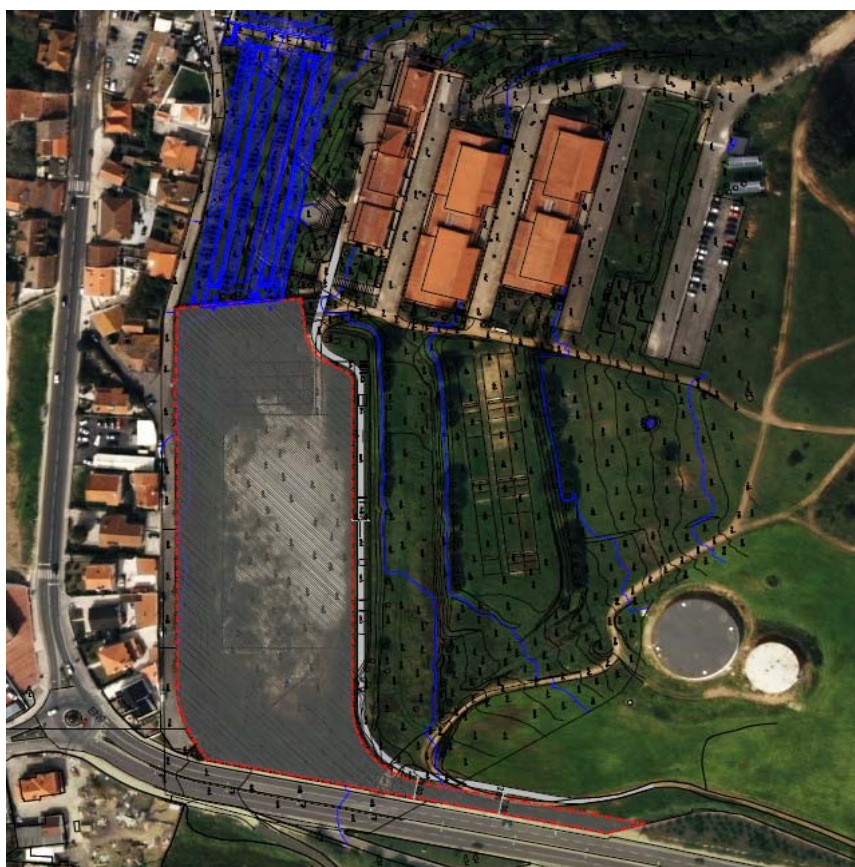
Mafra, aos 29 de maio de 2014




Pelo 1º Outorgante:

(Ulisses Joaquim de Carvalho, Major-General)

Pelo 2º Outorgante:

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)



LEGENDA:	
	Limite da área de intervenção
	Área de intervenção - 15243.78m2
	Proposta de alteração do traçado do caminho

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A BRIGADA DE INTERVENÇÃO E A ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA (QUEIMA DAS FITAS 2014)

Considerando:

- a. Que o Comando da Brigada de Intervenção, dada à excelente colaboração e apoio permanente à Associação Académica de Coimbra, procurará associar-se e participar nas atividades académicas, como parte integrante da sociedade conimbricense;
- b. Que o Comando da Brigada de Intervenção está consciente do papel das tradições académicas, como uma referência extremamente positiva na vida social conimbricense;
- c. A existência e a disponibilidade da autorização da utilização dos espaços Convento de Santa Clara/PM 7, à realização do **Baile de Gala, Chá das Cinco e Chá Dançante** das Faculdades da Universidade de Coimbra;
- d. A Queima das Fitas 2014 realizar-se numa comunhão perfeita entre os estudantes, a cidade e as instituições.

Entre:

O Exército Português, através do Comando da **Brigada de Intervenção**, na qualidade de 1.º Outorgante, pessoa coletiva n.º 600021610, representada pelo Major-General, Carlos Henrique de Aguiar Santos, Comandante da Brigada de Intervenção com sede no Aquartelamento de Sant'Anna, sito na Rua de Infantaria n.º 23, em Coimbra, doravante designada apenas e só por **Comando da Brigada de Intervenção**,

e

A **Comissão Organizadora da Queima das Fitas 2014**, na qualidade de 2.º Outorgante, pessoa coletiva n.º 500032173, representada pela Comissária do Pelouro dos Bailes da Queima das Fitas 2014, Madina Carina Bachir, pelo Tesoureiro da Comissão Central da Queima das Fitas 2014, Sebastião Braga e pelo membro do Conselho Geral da Queima das Fitas 2014, Luís Filipe Basílio da Fonseca e Castro com sede na Rua Padre António Vieira, Edifício AAC em Coimbra, doravante designada apenas e só por **QF-2014**.

Entendem celebrar o presente Protocolo de Colaboração, que se regerá pelas cláusulas seguintes, as quais e sem reservas declaram aceitar e integralmente cumprir.

Cláusula 1.ª (Objeto do Protocolo)

1. O presente Protocolo de Colaboração tem por objetivo a disponibilização dos espaços do Convento de Santa Clara / Antigo Museu Militar PM 7, com vista à realização do **Baile de Gala** das Faculdades, **Chá das Cinco** e o **Chá Dançante**, à Comissão Organizadora da Queima das Fitas 2014.
2. É constituído por corpo, lavrado no presente documento, e por um anexo, designado de "A", com a planta e a descrição das áreas a utilizar.

Cláusula 2.ª (Obrigações do Comando da Brigada de Intervenção)

O Comando da Brigada de Intervenção compromete-se a:

1. No período compreendido entre as 10 horas do dia 22 Abril e as 14 horas do dia 19 Maio 2014, permitir a montagem de uma tenda de eventos no descampado junto ao Convento de Santa Clara / Antigo Museu Militar - PM 7 e respetiva utilização da área ocupada pelo Círculo de Cultura de Coimbra, conforme anexo “A”.

2. Nos dias do “**Baile de Gala**” (10 de Maio 2014), “**Chá das Cinco**” e “**Chá Dançante**” (14 Maio 2014) e sem prejuízo no funcionamento normal das atividades e das instalações:

a) Ser responsável pela segurança das instalações do Convento de Santa Clara (PM 07), exceto das áreas autorizadas a utilizar para os eventos, conforme anexo A;

b) Assegurar todos os aspetos de segurança relacionados com o controlo de acessos a todas as áreas interditas, em particular, no itinerário usado para apoio logístico do evento;

c) Possibilitar o acesso da organização ao recinto, bem como de todo o equipamento e pessoal necessário à realização do evento, em horário a acordar e mediante as condições de segurança predefinidas pelo Comando da Brigada de Intervenção e supervisionadas pelo Elemento nomeado para a coordenação da segurança do evento;

d) Permitir o livre acesso pelo portão junto ao largo Senhora da Esperança;

e) Sinalizar as áreas de acesso interdito, mediante a presença de elementos de segurança da Polícia do Exército, devidamente referenciados para o efeito e em coordenação com o responsável da Comissão Organizadora e respetiva segurança do evento;

f) Superintender e coordenar toda a segurança do Convento, emanando as orientações necessárias à segurança dos eventos, em estreita ligação entre o Elemento nomeado para a coordenação da segurança do evento, por parte do Comando da Brigada de Intervenção, e o Responsável de Segurança de cada um dos eventos da QF – 2014, que se subordinará integralmente às determinações predefinidas pelo Comando da Brigada de Intervenção;

g) Confirmar que a decoração dos eventos, do ponto de vista da segurança, não coloque em risco pessoas e infraestruturas;

h) Efetuar a verificação do estado das instalações autorizadas a utilizar, na presença do Comissário do Pelouro dos Bailes da Queima das Fitas 2014, do representante da Unidade de Apoio da Brigada de Intervenção e pelo responsável do Círculo de Cultura Portuguesa, antes e depois da utilização daqueles espaços, devendo ser elaborado um relatório do estado das instalações, em cada uma das vistorias efetuadas, devidamente assinado e rubricado pelos presentes, com intuito de averiguar eventuais responsabilidades, nomeadamente por danos provocados, respetivamente às 10 horas do dia 22 de Abril e às 14 horas do dia 19 de Maio de 2014.

Cláusula 3.ª (Obrigações da QF-2014)

A QF-2014 compromete-se a:

1. Responsabilizar-se pela conduta e sã convivência de todos quanto participam na realização dos eventos em geral e do público em particular;

2. Nos dias do **“Baile de Gala”** (10 de Maio 2014), **“Chá das Cinco”** e **“Chá Dançante”** (14 Maio 2014), responsabilizar-se integralmente por toda a segurança de pessoas e bens durante os eventos, nas áreas autorizadas a utilizar conforme anexo A;
3. Assegurar o policiamento da área exterior das instalações do Convento de Santa Clara, nomeadamente no que se refere ao controlo de tráfego e manutenção da ordem na via pública, salvaguardando o livre acesso à área limítrofe ao portão de viaturas do Convento;
4. Responsabilizar-se pela preservação de todas as instalações autorizadas a utilizar, conforme anexo A, assegurando uma utilização adequada das instalações e equipamentos, entregando na Secção de Logística do Comando da Brigada de Intervenção, a título de caução, a quantia de €15 000 (quinze mil euros), impreterivelmente até ao dia da assinatura do presente protocolo;
5. Responsabilizar-se pecuniariamente por eventuais danos materiais provocados quer no Convento de Santa Clara (PM 07), quer no perímetro militar a ele afeto, desde que se conclua serem estes da autoria de elementos ligados à Comissão Organizadora da Queima das Fitas de 2014 ou consequência da realização do **Baile de Gala, Chá das Cinco** e/ou **Chá Dançante** (público em geral, pessoas envolvidas no apoio ao evento, organização do evento e demais pessoas nele);
6. Assegurar a vigilância na área das instalações autorizadas a utilizar, conforme anexo A, intervindo em caso de alteração da boa ordem e decoro, atuando sempre subordinados às orientações difundidas pelo Elemento nomeado para a coordenação da segurança do evento, por parte do Comando da Brigada de Intervenção, através de uma estreita ligação por parte do responsável pela segurança dos eventos da QF - 2014, e a quem deve ser reportado todo e qualquer incidente ocorrido no interior das instalações, nos dias do **Baile de Gala e Chá Dançante** (dias 10 e 14 de Maio de 2014, respetivamente);
7. Assumir total responsabilidade por todo e qualquer dano, em pessoas e bens, que se conclua ser decorrente da realização dos eventos;
8. Impreterivelmente até 48 horas antes da ocorrência do **Baile de Gala** (10 de Maio de 2014) e do **Chá Dançante** (14 de Maio de 2014), indicar e identificar os responsáveis pela segurança de cada um dos eventos, que se relacionarão diretamente com o Elemento nomeado para a coordenação da segurança do evento, por parte do Comando da Brigada de Intervenção;
9. Providenciar o fornecimento de energia elétrica, nos locais que necessite, garantindo a instalação da potência necessária aos eventos;
10. Efetuar a colocação de instalações sanitárias ambulatoriais e recolha de lixo amovíveis nas áreas autorizadas a utilizar, nas quantidades julgadas necessárias a ambos os eventos, garantindo a sua manutenção e limpeza;
11. Garantir o apoio sanitário e de socorro adequado para o evento, nos períodos do **Baile de Gala e do Chá Dançante** (dias 10 e 14 de Maio, respetivamente);
12. A título de compensação pelos encargos tidos pelo 1º Outorgante, efetuar a entrega de €1000 (mil euros) €+ IVA na Secção Logística da Unidade de Apoio da Brigada de Intervenção, impreterivelmente até ao dia da assinatura do presente protocolo;
13. Garantir graciosamente ao Comando da Brigada de Intervenção, 16 lugares para jantar do Baile de Gala (definir até 24 de Abril);
14. Diligenciar no sentido de obter todas as licenças legais necessárias, para a realização do **Baile de Gala e Chá Dançante**, nas instalações do Convento de Santa Clara;

15. Garantir que às 07 horas dos dias 11 de Maio e 15 de Maio, impreterivelmente, não existe nenhum elemento exterior ao pessoal militar afeto ao Comando da Brigada de Intervenção e à Comissão Organizadora nas instalações do Convento de Santa Clara, excetuando-se os elementos da organização e/ou da segurança que a Comissão Organizadora entenda serem necessários para acautelar a segurança de materiais relativos aos eventos;

16. Garantir que às 12 horas dos dias 10 de Maio e 19 de Maio, impreterivelmente, a limpeza das áreas autorizadas a utilizar, constantes no anexo A, estão devidamente efetuadas;

17. Não efetuar a decoração dos eventos de forma a colocar em perigo, do ponto de vista da segurança, pessoas e infraestruturas, atendendo para tal às orientações providas do Elemento nomeado para a coordenação da segurança do evento, por parte do Comando da Brigada de Intervenção;

18. Garantir sempre a presença do Comissário do Pelouro dos Bailes da Queima das Fitas 2014, com vista a efetuar a verificação do estado das instalações autorizadas a utilizar, antes e depois da utilização daqueles espaços, devendo ser elaborado um relatório do estado das instalações, em cada uma das vistorias efetuadas, devidamente assinado e rubricado pelos presentes, com intuito de averiguar eventuais responsabilidades, nomeadamente por danos provocados, respetivamente às 10h00 do dia 22 de Abril e às 14h30 do dia 19 de Maio de 2014;

19. A cumprir e a fazer cumprir o preceituado na Lei n.º 37/2007, de 14 de Agosto, designadamente, no que se refere à proibição de fumar em espaços públicos.

Cláusula 4.ª (Relações Institucionais)

1. Para cumprimento das obrigações previstas no presente protocolo, estabelecem as partes que o mesmo se efetuará, apenas e tão só, entre o Representante da Brigada de Intervenção, a Comissária do Pelouro dos Bailes da Queima das Fitas 2014 e o responsável pelo Círculo de Cultura Portuguesa.

2. Na impossibilidade da Comissária do Pelouro dos Bailes da Queima das Fitas 2014, poderá esta ser representada pelos elementos a seguir indicados.

a. Luís Filipe Basílio da Fonseca e Castro (membro do Conselho Geral da Queima das Fitas 2014);

b. João Filipe Duarte Rocha da Maia e Costa (Secretário da Logística Geral da Queima das Fitas 2014);

c. André Reigota Gomes (Secretário Geral da Queima das Fitas 2014).

3. Para os assuntos de segurança e tendo em conta todos os fins previstos a esse respeito no presente protocolo, o Responsável pela Segurança da Comissão Organizadora da QF 2014 será informado até 48h antes da realização do baile de gala no dia 11 de Maio e deverá relacionar-se diretamente com o Elemento nomeado para a coordenação da segurança do evento, por parte do Comando da Brigada de Intervenção.

Cláusula 5.ª (Duração do Protocolo)

O presente Protocolo vigora a partir da data da sua assinatura e cessa:

1. Após restituição, por parte do Comando da Brigada de Intervenção, da Caução prestada, ou

2. Caso não esteja verificado o cumprimento integral das obrigações da QF-2014, após reparação integral dos danos provocados nas instalações autorizadas a utilizar, sob pena de perda do direito à restituição do valor total ou parcial entregue a título de caução.

Cláusula 6.ª (Resolução e Suspensão)

1. Constitui fundamento para a resolução do presente protocolo, o incumprimento do mesmo ou a existência de incidente grave que viole as regras de sã convivência e respeito mútuo entre as partes ou que coloquem em causa em qualquer momento a segurança.

2. O primeiro outorgante, reserva-se o direito de suspender ou resolver unilateralmente a execução do presente protocolo, mediante simples declaração e com efeitos imediatos, se o interesse público e a defesa nacional assim o exigirem, nomeadamente no âmbito de necessidade operacional e alteração do estado de segurança, não havendo por isso lugar a qualquer tipo de indemnização.

3. A resolução ou a suspensão do presente protocolo não conferem ao 2.º Outorgante o direito a qualquer indemnização.

Feito em duplicado, constituído por 6 cláusulas e contendo 12 páginas, que irão ser assinadas e rubricadas por ambos os Outorgantes, ficando cada um dos Outorgantes com um exemplar.

Coimbra, 29 de abril de 2014

O Comandante da Brigada de Intervenção

Carlos Henrique de Aguiar Santos
Major-General

Comissária do Pelouro dos Bailes da Queima das Fitas 2014

Madina Karimo Bachir

O Tesoureiro da Queima das Fitas 2014

Sebastião Braga

Membro do Conselho Geral da Queima das Fitas 2014

Luís Filipe Basílio da Fonseca e Castro

Anexo A (AREA DISPONIBILIZADA À COMISSÃO DA QUEIMA DAS FITAS 2014)



O Chefe do Estado-Maior do Exército

Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, General.

Está conforme:

O Vice-CEME
no exercício de poderes no âmbito das
atribuições do Comando do Pessoal

António Carlos de Sá Campos Gil, Tenente-General.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

2.^a SÉRIE

N.º 06/30 DE JUNHO DE 2014

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Prata, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, os seguintes militares:

Cor Eng (07320186) Francisco António Amado Monteiro Fernandes.

(Por despacho de 06mai14)

SMor Inf (05434082) António José Silva Abreu.

(Por despacho de 15mai14)

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, é concedida a Grã-Cruz da Medalha de Mérito Militar aos seguintes Oficiais Generais:

TGen (16450473) Luís Manuel dos Santos Newton Parreira.

(Aviso (extrato) n.º 6 737/14, DR, 2.ª Série, n.º 107 de 04jun14)

TGen (14451273) João Nuno Jorge Vaz Antunes.

(Aviso (extrato) n.º 6 736/14, DR, 2.ª Série, n.º 107 de 04jun14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 2.^a Classe, por segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

TCor Art (18968289) Carlos Manuel Branco Valentim.

(Por despacho de 05mai14)

TCor Cav (01451789) Luís Henrique Ribeiro Crispim.

(Por despacho de 19mai14)

Maj Inf GNR (1920814) Nuno Manuel Gouveia Magro.

(Por despacho de 12mai14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 3.ª Classe, por segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cap	Inf	GNR	(1980979)	João Miguel de Almeida Madaleno;
Cap	Cav	GNR	(1980953)	Jorge Miguel Sanches e Silva;
SMor	Inf	GNR	(1850257)	Joaquim Francisco Póvoas Semedo.

(Por despacho de 12mai14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 4.ª Classe, por segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

SCh	Cav	GNR	(1820488)	António Manuel Jorge Mina;
SAj	Eng		(00714184)	Fernando José da Silva Rito;
SAj	Mat		(18443590)	João Pedro Ramos Grilo;
SAj	Inf		(13662491)	António Daniel Guimarães Mendes;
SAj	Inf	GNR	(1920311)	José Luís Domingues Marques;
SAj	Inf	GNR	(1890320)	Domingos Manuel Toscano Leitão;
CbMor	Inf	GNR	(1830915)	Carlos Manuel Pereira da Silva.

(Por despacho de 12mai14)

SAj	Eng		(00531889)	Carlos Manuel da Fonseca Domingues.
-----	-----	--	------------	-------------------------------------

(Por despacho de 24abr14)

SAj	Vet		(06814386)	Jorge Fernandes Soares Ribeiro.
-----	-----	--	------------	---------------------------------

(Por despacho de 19mai14)

Manda o Ministro da Defesa Nacional pela competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do artigo 34.º, atento o disposto no artigo 25.º, na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 26.º e na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 27.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, conceder a Medalha da Defesa Nacional, 1.ª Classe, ao Cor Inf (04273084) **Pedro Manuel Monteiro Sardinha**.

(Por despacho de 09mai14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª Classe, ao abrigo do disposto no artigo 26.º e do n.º 2, do artigo 38.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º, do mesmo diploma legal, o Cor Tir Cav (19073984) **José Ulisses Veiga Santos Ribeiro Braga**.

(Por despacho de 28abr14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª Classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º, 34.º, n.º 3 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do disposto no artigo 25.º, do mesmo diploma legal, o TCor Inf (00979387) **Pedro Duarte da Rocha Ferreira**.

(Por despacho de 05fev14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei no 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º, do mesmo Decreto, os seguintes militares:

Maj	Art	(13624889)	Pedro Melo Vasconcelos de Almeida.	(Por despacho de 17fev14)
Maj	Farm	(17350791)	João Frederico Albuquerque do Carmo.	(Por despacho de 24abr14)
Maj	Mat	(07459487)	Rui Manuel Piteira Natário;	
Maj	Mat	(29301293)	Sónia Marlene da Conceição Vala dos Santos;	
Maj	Admil	(28234093)	Ana Rosa Mira Teles Chaleta.	(Por despacho de 19mai14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei no 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º, do mesmo Decreto, os seguintes militares:

Cap	Art	(14838597)	Rui Manuel da Silva Almeida Simões Soares;	
Cap	Art	(06972796)	Marco Paulo da Conceição Sobreira Gomes;	
Cap	Eng	(00915198)	Sérgio Alberto Lopes da Costa;	
Ten	Tm	(08875604)	André Vicente Calvino;	
SMor	Inf	(05672881)	José Albano Teixeira Pinheiro;	
SMor	Tm	(04582680)	José Manuel Rodrigues Marques.	(Por despacho de 17fev14)
Cap	Art	(08096498)	José Filipe Sousa Cruz Pereira;	
Cap	TManMat	(01955989)	Osvaldo José Maria;	
SMor	Mat	(10059881)	Lourenço José Ferreira Rato.	(Por despacho de 19mai14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º, do mesmo Decreto, os seguintes militares:

SAj	Mat	(15547787)	José Luís Delgado Dinis.	(Por despacho de 17fev14)
SCCh	Mat	(10691782)	António José Tavares dos Santos;	
SAj	Art	(05523187)	Carlos José Repolho Narciso;	
SAj	Inf	(13826386)	José Carlos Lourenço Roseiro;	
SAj	Mat	(18305886)	Paulo Lúcio Tavares Fortuna;	
SAj	Cav	(13223290)	Manuel Paulino Matos Modesto;	
SAj	Para	(17352389)	João António Salgueiro Aniceto;	
SAj	Mus	(00245693)	Luís Carlos Garcia Cascão;	
SAj	Tm	(01912289)	Jorge Manuel Tiago Vieira;	
SAj	Tm	(00429190)	Alexandra Maria Damião Serrano Rosa;	
1Sarg	Inf	(21436893)	Joaquim Jerónimo dos Santos Picante;	
1Sarg	Inf	(03836095)	Alexandre Manuel Espanhol Bragança.	(Por despacho de 24fev14)

SCh	Mus	(08849983)	Gonçalo Pereira da Rocha;
SAj	Mus	(09812785)	António Claudino Silva Dias;
SAj	Inf	(05914285)	Ricardo Alfredo Fernandes de Moura;
SAj	Mat	(01560985)	António Manuel Geraldês Botelho;
SAj	Mus	(15837587)	João Manuel Martins Soares;
SAj	Mus	(00135593)	Daniel Rui Franco da Silva Batista;
1Sarg	AdMil	(08948292)	Maria Teresa Moura Alves Pereira.

(Por despacho de 19mai14)

Condecorados com a Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Ouro, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

TCor	Art	(02951882)	José Fernando Duque Luciano Paulo;
TCor	Tm	(07391282)	Jorge de Seixas Azevedo;
SAj	Inf	(03580684)	Carlos Alberto de São José Teixeira;
SAj	SGE	(01411384)	José Noel Ferreira Luís.

(Por despacho de 28mai14)

Por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, perderam o direito ao uso da Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Prata e Grau Cobre, os seguintes militares:

SAj	Inf	GNR	(1860566)	Eduardo José Monteiro de Queirós;
CbMor	Cav	GNR	(1840441)	Francisco José Ferreira Palito;
CbCh	Man	GNR	(1920008)	José Manuel Loreto Góis;
Cb	Inf	GNR	(1900399)	Luís Filipe Vieira Gaspar;
Cb	Inf	GNR	(1870471)	Mário Gomes Tavares;
Cb	Inf	GNR	(1876169)	João Joaquim Pinto Russo;
Cb	Inf	GNR	(1890700)	António José Gonçalves Candeias;
Cb	Inf	GNR	(1950486)	Sérgio Francisco Pires Saraiva;
Cb	Inf	GNR	(1850294)	Manuel Lopes Gomes;
Cb	Inf	GNR	(1920315)	Nuno Augusto Branco;
Cb	Cav	GNR	(1900167)	João Paulo do Nascimento Tomé;
Guar Pr	Inf	GNR	(2000034)	Carla Maria Ferreira Galo.

(Por despacho de 07mai14)

Condecorados com a Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Cobre, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Alf	Inf	GNR	(2070040)	Tiago Miguel Domingos Dinis;
Alf	Cav	GNR	(2070043)	Rafael Bastos Ribeiro;
Furr	Inf	GNR	(2070351)	António José Lopes Rodrigues;
Furr	Inf	GNR	(2070666)	Marta Margarida Almeida Antunes;
Cb	Inf	GNR	(2010210)	Filipe Amorim Moreira de Sousa;
Cb	Inf	GNR	(2060463)	Fernando Miguel Durães Barbosa Dias;
Cb	Inf	GNR	(2070630)	André Alexandre Bragança Lopes;

Cb	Inf	GNR	(2070656)	Fernando Rodrigues Miranda;
Cb	Inf	GNR	(2070732)	Pedro Duarte de Sousa Pinto;
Cb	Inf	GNR	(2071004)	Paulo Jorge Rodrigues;
Guar Pr	Inf	GNR	(2010677)	Rui Miguel Simões Lopes;
Guar	Inf	GNR	(2070146)	Maria do Rosário de Jesus Capela;
Guar	Inf	GNR	(2070212)	Samoel António Meireles dos Santos;
Guar	Inf	GNR	(2070352)	Marta Marina Cardoso Correia;
Guar	Inf	GNR	(2070482)	Artur Jorge de Sousa Carvalho;
Guar	Inf	GNR	(2070492)	Pedro Miguel Gomes Marques;
Guar	Inf	GNR	(2070512)	Vítor Hugo Fernandes Marques;
Guar	Inf	GNR	(2070528)	Mário Miguel Martins Craveiro;
Guar	Inf	GNR	(2070545)	Pedro António da Costa Maia;
Guar	Inf	GNR	(2070578)	Paulo Jorge Gouveia Ferreira;
Guar	Inf	GNR	(2070649)	Manuel João Machado Mendes;
Guar	Inf	GNR	(2070655)	Paula Cristina Ferreira Soares;
Guar	Inf	GNR	(2070714)	Luís Miguel Gomes Ribeiro;
Guar	Inf	GNR	(2070807)	Susana Cristina da Costa Marques;
Guar	Inf	GNR	(2071087)	Filipe Teixeira Manta;
Guar	Inf	GNR	(2071154)	Marco Paulo Miranda Rumor;
Guar	Inf	GNR	(2071157)	Pedro Filipe Rocha de Oliveira;
Guar	Inf	GNR	(2071260)	Pedro de Almeida Gomes;
Guar	Inf	GNR	(2071376)	Fernando Manuel Dias Maia;
Guar	Inf	GNR	(2071430)	Firmino José Moreira da Silva;
Guar	Inf	GNR	(2070139)	Daniel de Jesus Carrilho Roque;
Guar	Inf	GNR	(2070176)	David Filipe Carriço Cardoso;
Guar	Inf	GNR	(2070342)	Rui Miguel Ferreira Barofia;
Guar	Inf	GNR	(2070625)	Luís Filipe Mendes da Costa Ferreira;
Guar	Inf	GNR	(2071064)	José Carlos Garcia Lampreia;
Guar	Inf	GNR	(2071243)	Marco Sérgio dos Santos Maçorano;
Guar	Inf	GNR	(2071351)	João Vítor Conde Gonçalves Jorge;
Guar	Inf	GNR	(2071402)	Carlos Miguel Ramalho Bíbú;
Guar	Inf	GNR	(2090662)	João Carlos Oliveira da Silva;
Guar	Inf	GNR	(2060343)	Ricardo Jorge Ferreira Gonçalves;
Guar	Inf	GNR	(2060874)	Carlos Eduardo Relvas de Sousa;
Guar	Inf	GNR	(2070213)	André Filipe Barradas Ferreira Neves;
Guar	Inf	GNR	(2070231)	Miguel da Silva Ferreira;
Guar	Inf	GNR	(2070232)	Nuno Miguel Pereira da Silva;
Guar	Inf	GNR	(2070234)	Otilia Maria Neves Rodrigues;
Guar	Inf	GNR	(2070285)	Carlos Alberto Moreira de Queirós;
Guar	Inf	GNR	(2070376)	Bruno Ricardo dos Santos Abreu
Guar	Inf	GNR	(2070399)	Rafael Alexandre Ribeiro Bravo;
Guar	Inf	GNR	(2070414)	Márcio Luís Gomes de Oliveira;
Guar	Inf	GNR	(2070452)	Rui Manuel Preciso Celestino;
Guar	Inf	GNR	(2070456)	António Alberto Ribeiro dos Santos;
Guar	Inf	GNR	(2070499)	Paulo Jorge Brinco Carlos Pereira Ramos;
Guar	Inf	GNR	(2070442)	Tânia Filipa Quintas Monteiro;
Guar	Inf	GNR	(2070543)	Raúl Manuel Nunes Zuzarte;
Guar	Inf	GNR	(2070548)	Nuno Miguel da Silva e Sá Fernandes;
Guar	Inf	GNR	(2070599)	Fábio Jorge Ferreira dos Santos;
Guar	Inf	GNR	(2070653)	Paula Cristina Pereira Cardoso Sousa;
Guar	Inf	GNR	(2070766)	Nuno Miguel Gomes Silva Rodrigues;
Guar	Inf	GNR	(2070774)	Marta Isabel Moreira Gonçalves;
Guar	Inf	GNR	(2070847)	Andreia Cláudia de Jesus Pena;
Guar	Inf	GNR	(2070871)	Francisco José dos Reis Vieira da Rocha;

Guar	Inf	GNR	(2070889)	Vanessa Filipa Abreu Donas;
Guar	Inf	GNR	(2070994)	Nélson José Domingues Loureiro;
Guar	Inf	GNR	(2071008)	Nuno Miguel Fernandes Vinhas Coelho;
Guar	Inf	GNR	(2071037)	Pedro Roberto Dias Fernandes;
Guar	Inf	GNR	(2071088)	António Manuel Marques Mota;
Guar	Inf	GNR	(2071101)	David Santos Gonçalves de Sá;
Guar	Inf	GNR	(2071301)	Teresa Maria Moreira Fernandes;
Guar	Inf	GNR	(2071446)	Tiago Manuel Antunes Marques;
Guar	Cav	GNR	(2071216)	Marisa Isabel dos Santos Alcácer;
Guar	Cav	GNR	(2070862)	Francisco Manuel Rodrigues Morais;
Guar	Cav	GNR	(2070287)	Carla Alexandra Rodrigues Monteiro Ferreira;
Guar	Exp	GNR	(2070443)	Lúcio Ivo Fidalgo Antão;
Guar	Exp	GNR	(2070504)	Luís Carlos Pereira Ferreira.

(Por despacho de 14abr14)

Alf	Inf	GNR	(2070024)	Rui Daniel Gesteirto de Oliveira;
Alf	Inf	GNR	(2070042)	Lígia Elena Domingues dos Santos;
Alf	Inf	GNR	(2070010)	Adriana Filipa Gameiro Martins;
Alf	Inf	GNR	(2070016)	Fábio Wilson Fernandes David Lopes;
Alf	Inf	GNR	(2070032)	Pedro Manuel Dias Inácio;
2Sarg	Inf	GNR	(2040809)	Joselito da Silva Campos;
Furr	Inf	GNR	(2070735)	Gonçalo José Trindade Tavares;
Furr	Cav	GNR	(2060420)	Bruno José Figueiredo da Silva;
Cb	Inf	GNR	(1940075)	Mário Rui das Neves Pascoal;
Cb	Inf	GNR	(2060316)	Luís Miguel Brites Bonito Portugal;
Cb	Inf	GNR	(2060699)	Vasco Adriano Baptista Conde;
Guar Pr	Inf	GNR	(1980771)	Nuno Miguel da Silva Amaral;
Guar	Inf	GNR	(2060185)	Diamantino Bairras Fernandes;
Guar	Inf	GNR	(2070763)	Hugo Rodrigo Aguiar Chaves;
Guar	Inf	GNR	(2071189)	Alexandre José do Amaral Resende;
Guar	Inf	GNR	(2090428)	Tiago André da Cruz Almeida;
Guar	Inf	GNR	(2100222)	Nicolas Magalhães Azevedo;
Guar	Inf	GNR	(2040257)	Fábio Miguel Moedas Valadas;
Guar	Inf	GNR	(2070209)	Nuno Gonçalo Fernandes Alves;
Guar	Inf	GNR	(2070267)	Vera Susana Gonçalves Ferreira Bernardo;
Guar	Inf	GNR	(2070472)	Bela Lúcia Marques Silva;
Guar	Inf	GNR	(2070473)	Eduardo Miguel Azenha Mateus;
Guar	Inf	GNR	(2070696)	João Paulo Rodrigues Batista;
Guar	Inf	GNR	(2070697)	Pedro José da Silva Figueira;
Guar	Inf	GNR	(2070701)	Vitor Emanuel Mota Fernandes;
Guar	Inf	GNR	(2070720)	Tiago Miguel Ferreira Batista;
Guar	Inf	GNR	(2070855)	Carlos Eduardo Ferreira Lameiro;
Guar	Inf	GNR	(2071060)	Rita Joana Patrício dos Santos;
Guar	Inf	GNR	(2071117)	Rita Alexandra Rodrigues Paralta;
Guar	Inf	GNR	(2071251)	João Duarte Barreiros Mendes;
Guar	Inf	GNR	(2071331)	Eduardo Ferreira Rocha;
Guar	Inf	GNR	(2071125)	Paulo Jorge Alves Madeira;
Guar	Inf	GNR	(2070972)	Ivo Manuel da Fonseca Machado;
Guar	Inf	GNR	(2071242)	Suzi Paula Magro Alfaiate;
Guar	Inf	GNR	(2090930)	Dário Filipe Carvalho Isidoro;
Guar	Inf	GNR	(2090935)	Flávio Emanuel Freitas Costa;
Guar	Inf	GNR	(2070261)	Jorge Alexandre Alegria Grave;
Guar	Inf	GNR	(2070288)	Élia de Jesus Lourenço Leitão;
Guar	Inf	GNR	(2070293)	Bruno Miguel de Almeida;

Guar	Inf	GNR	(2070507)	Fábio Manuel Matias Pereira;
Guar	Inf	GNR	(2070665)	Rui Paulo da Silva Carvalho do Canto;
Guar	Inf	GNR	(2070797)	Nuno Henrique da Silva Corvina;
Guar	Inf	GNR	(2070856)	Ricardo Filipe Grilo Lopes Pépio;
Guar	Inf	GNR	(2070860)	Luís Carlos Tereso Bernardo;
Guar	Inf	GNR	(2070873)	Rui Filipe Esteves da Silva;
Guar	Inf	GNR	(2070941)	Ricardo Filipe Gaio Ramos;
Guar	Inf	GNR	(2070961)	Vítor Hugo Martins Maurício;
Guar	Inf	GNR	(2071116)	Alexandre Filipe da Costa Antunes;
Guar	Inf	GNR	(2071188)	Tiago Alexandre Andrade Ferreira;
Guar	Inf	GNR	(2071263)	Filipe Alexandre Jorge Duarte;
Guar	Inf	GNR	(2071265)	Mário José Pires Martins;
Guar	Inf	GNR	(2071273)	Luís Manuel Fouto Bugalho;
Guar	Inf	GNR	(2071299)	Susana Saldanha Lopes;
Guar	Inf	GNR	(2071316)	Luís Carlos Fortunato Saraiva;
Guar	Inf	GNR	(2090763)	David Alexandre Neves Fragoso;
Guar	Inf	GNR	(2100114)	Edgar José Correia Abalada;
Guar	Inf	GNR	(2100120)	Ricardo Jorge Ferreira Monteiro;
Guar	Inf	GNR	(2100121)	João Luís Lopes Simões;
Guar	Inf	GNR	(2100167)	João Miguel Cabeleira Narciso;
Guar	Inf	GNR	(2100809)	Frederico Jacinto das Neves;
Guar	Inf	GNR	(2100954)	Gonçalo José Martinho Bernardo;
Guar	Inf	GNR	(2100976)	Lúcia Marisa Teixeira Marinho;
Guar	Inf	GNR	(2100977)	Isolino Manuel Barbosa Alves;
Guar	Inf	GNR	(2100297)	Pedro Miguel Ferreira de Matos;
Guar	Inf	GNR	(2100318)	Rui Miguel Marques Costa;
Guar	Cav	GNR	(2100691)	Paulo Ricardo Dinis Santos;
Guar	Cav	GNR	(2070124)	Hugo André de Jesus Ferreira;
Guar	Cav	GNR	(2071078)	Stella da Silva;
Guar	Cav	GNR	(2060975)	Flávio André Rebola Catita;
Guar	Cav	GNR	(2100186)	Pedro Filipe Antunes dos Santos;
Guar	Exp	GNR	(2071223)	Cristina Dias.

(Por despacho de 07mai14)

Por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, após sub-delegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, revogo o Despacho de 19set2011 (publicado em OE n.º 11, 2.ª série, pág n.º 687 de 30nov2011), de Perda do Direito ao Uso da Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Cobre, referente ao militar:

Ten AdMil GNR (1961023) Carlos Manuel Rodrigues Coelho.

(Por despacho de 09mai13)

Por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, perderam o direito ao uso da Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Cobre, os seguintes militares:

2Sarg	Cav	GNR	(1960391)	Carlos Alberto Dias Tomé;
2Sarg	Inf	GNR	(2060085)	Luís Miguel Carvalho Caria;
Cb	Inf	GNR	(1980524)	Nelson da Cruz Henriques;
Cb	Inf	GNR	(1890182)	Luís Manuel Conceição Rodrigues;
Cb	Inf	GNR	(1980793)	Paulo Jorge Simões Fernandes;
Cb	Inf	GNR	(1980812)	José Fernando Caldas;

Cb	Inf	GNR	(2050093)	Filipe Carlos Santos Teixeira;
Guar Pr	Inf	GNR	(2000059)	Luís Miguel dos Reis Franco;
Guar Pr	Inf	GNR	(2020814)	João Carlos Pinheiro Pinto;
Guar Pr	Inf	GNR	(1970264)	Hugo Alexandre Novelo Oliveira;
Guar Pr	Inf	GNR	(2000552)	Rui Miguel Vaz da Silva;
Guar Pr	Inf	GNR	(2010144)	César Alberto Ramos Monteiro;
Guar Pr	Inf	GNR	(2030582)	Márcio Filipe Figueiras da Encarnação;
Guar	Inf	GNR	(2100551)	Catarina Torres Meireles;
Guar	Inf	GNR	(2100604)	Joel André Gomes dos Reis;
Guar	Inf	GNR	(2060650)	Ricardo Jorge Passaro da Silva;
Guar	Inf	GNR	(2090248)	Bruno de Jesus Gomes Fialho;
Guar	Inf	GNR	(2030108)	Bruno José Rodrigues Alves Dias;
Guar	Inf	GNR	(1940178)	Jorge Manuel Pádua Esteves;
Guar	Inf	GNR	(2030180)	Luís Miguel Nabiça Andorinha;
Guar	Inf	GNR	(2030196)	Luís Miguel Lopes Vieira;
Guar	Inf	GNR	(2040782)	Pedro Miguel Rodrigues Batista;
Guar	Inf	GNR	(2040829)	Fátima Lúcia Pereira da Costa;
Guar	Inf	GNR	(2070938)	Bruno Ivo Lança Malveiro;
Guar	Inf	GNR	(2071212)	Ricardo Marcelo Vicente Moraes;
Guar	Inf	GNR	(2060328)	Edgar Roque da Fonseca;
Guar	Cav	GNR	(2060177)	Bruno Miguel Pinto Leonardo;
Guar	Cav	GNR	(1990445)	Pedro Miguel Costa Portugal Cardoso.

(Por despacho de 07mai14)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais, por despacho do Major-General Director de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002 de 27 de dezembro, os seguintes militares:

TCor Art	(02951882)	José Fernando Duque Luciano Paulo	“Guiné 2011-12”;
TCor Inf	(03019890)	Amaro José Zambujo Carapuço	“Ex-Jugoslávia 1996”;
Maj Cav	(03925293)	Hélder José Banha Coelho	“Kosovo 2013-14”;
Maj SAR	(128050-D)	Manuel Rodrigues da Silva	“Kosovo 2013-14”;
Cap TExpTm	(11055484)	Adérito Augusto Valente da Fonseca	“Timor 2003-04”;
Cap Mat	(10212501)	Júlio Alexandre Couto Carilho	“Kosovo 2013-14”;
Ten Med	(08739502)	Sénio Barreira Vaz	“Kosovo 2013-14”;
Ten Inf	(17386602)	Humberto Nuno Araújo Barbosa Teixeira	“Kosovo 2013-14”;
Ten Inf	(04686404)	Filipe dos Santos Moraes de Pina	“Kosovo 2013-14”;
Ten Inf	(17944706)	Rui Jorge Portela dos Anjos	“Kosovo 2013-14”;
Ten Inf	(12247804)	Severo António Marques Monteiro	“Kosovo 2013-14”;
Ten Tm	(17970505)	Humberto Nelson Ribeiro da Costa	“Kosovo 2013-14”;
SAj Mat	(10683487)	Paulo Alexandre Teixeira de Oliveira Leite Monteiro	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg Inf	(10075802)	Tiago Gonçalves Resende	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg Inf	(15459398)	José Delfino de Jesus Vieira	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg Mat	(09998796)	Vítor António Rodrigues João	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg Med	(01755797)	Daniel José Antunes Morgado	“Kosovo 2013-14”;
2Sarg Inf	(06771905)	Hugo Emanuel Pereira Barros	“Kosovo 2013-14”.
2Sarg Inf	(07062402)	Pedro Miguel Rodrigues Ferreira Pinho	“Kosovo 2013-14”;
2Sarg Inf	(02173705)	Décio Miguel Pacheco Brum	“Kosovo 2013-14”;
2Sarg Inf	(16668701)	José Manuel Batista Ribeiro	“Kosovo 2013-14”;

(Por despacho de 07mai14)

SMor	Eng	(00286881)	Luís Luciano de Oliveira Ribeiro	“Moçambique 2013-14”;
1Sarg	Cav	(18832194)	Luís Miguel Ferreira Barros	“Espanha 2008-13”;
1Sarg	Mat	(25939091)	José Manuel Ribeiro Cardoso	“Bósnia 2001”;
2Sarg	Cav	(17014204)	José Filipe Barros Rodrigues	“Afeganistão 2012-13”;
Guar Pr	Inf	GNR (2000775)	Luís Miguel Domingos Couceiro Lourenço	“Bósnia 1998”;
Guar Exp		GNR (2071235)	Miguel Filipe Neves Guerra	“Bósnia 2006-07”.

(Por despacho de 22mai14)

Condecorados com a Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais, por despacho do Major-General Director de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002 de 27 de dezembro, os seguintes militares:

TCor	Inf	(18009287)	Rui Pedro Dias da Silva Formosinho	“Kosovo 2012-13”;
TCor	Inf	(01672587)	Fernando Paulo Monteiro Lúcio Gonçalves	“Kosovo 2013-14”;
TCor	Inf	(03019890)	Amaro José Zambujo Carapuço	“Bósnia 2004”;
TCor	Inf	(03019890)	Amaro José Zambujo Carapuço	“Kosovo 2005-06”;
TCor	Inf	(03019890)	Amaro José Zambujo Carapuço	“Bósnia 2009-10”;
TCor	Inf	(03019890)	Amaro José Zambujo Carapuço	“Afeganistão 2013”;
Maj	Inf	(20569992)	Pedro António Marques da Costa	“Kosovo 2013-14”;
Maj	Inf	(36513191)	José Aníbal Santos Ventura	“Kosovo 2013-14”;
Maj	Inf	(17092194)	Rui Manuel Dias Carvalho	“Kosovo 2013-14”;
Cap	TExpTm	(11055484)	Adérito Augusto Valente da Fonseca	“Líbano 2008-09”;
Cap	Inf	(34184793)	Hugo José Duarte Ferreira	“Kosovo 2013-14”;
Cap	Admil	(05630394)	José António Lourenço Campos Ramos	“Kosovo 2013-14”;
Cap	Cav	(10064996)	Tiago Filipe Parreira Pires	“Kosovo 2013-14”;
Cap	Inf	(08510798)	Sérgio de Almeida Moraes	“Kosovo 2013-14”;
Cap	Inf	(12892701)	Nelson Miguel Oliveira Sousa	“Kosovo 2013-14”;
SCh	Inf	(02095683)	Vítor Manuel Alegre Chaves	“Kosovo 2013-14”;
SAj	Admil	(16541488)	Ricardo do Amaral Correia	“Kosovo 2013-14”;
SAj	Inf	(12901587)	Carlos Ilídio Pestana Sá Vieira	“Kosovo 2013-14”;
SAj	Inf	(18223685)	João Manuel Ferreira	“Kosovo 2013-14”;
SAj	Inf	(02340388)	Herculano de Jesus Amaral Sanguinete Costa	“Kosovo 2013-14”;
SAj	Inf	(06721588)	João Carlos Lopes Sena	“Kosovo 2013-14”;
SAj	Inf	(13219988)	José Manuel Pais Loureiro	“Kosovo 2013-14”;
SAj	Inf	(18738291)	Francisco Pereira de Sousa	“Kosovo 2013-14”;
SAj	Inf	(06330592)	José Carlos dos Anjos Lopes Martins	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Aman	(06932085)	Belmiro Pina dos Santos	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Inf	(06399190)	António Fernando Dias	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Inf	(03791491)	João Fernando Coutinho Machado	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Admil	(23496492)	Carlos Adelino de Almeida Serrano	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Tm	(15060393)	João Pedro Fernandes Mouta	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Tm	(31754893)	João Paulo Pires Marques	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Inf	(32324693)	José António Lopes Marques	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Mat	(12817896)	Paulo Alexandre Andrade Mota	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Inf	(19210397)	Rui Filipe Dias Cantante	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Inf	(35461193)	Fernando Jorge Gonçalves Barra	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Mat	(16112398)	Rodrigo da Cruz Agostinho	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Tm	(17067299)	Jorge Manuel Figueiredo Almeida	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Inf	(01727701)	André Rodrigues Correia	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Inf	(15725498)	António José Limão Dourado	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Inf	(09310402)	Carlos Manuel de Almeida Marques	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Inf	(19775194)	Rui Agostinho Santos de Carvalho	“Kosovo 2013-14”;

1Sarg	Inf	(04079303)	Sílvio Manuel Cardoso Sequeira	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Eng	(16341702)	Bruno José Vilaranda Borges	“Kosovo 2013-14”;
1Sarg	Inf	(18268602)	Márcio Filipe de Almeida Gonçalves	“Kosovo 2013-14”.
(Por despacho de 07mai14)				
Cor	Inf	(18872881)	Desidério Manuel Vilas Leitão	“Angola 2012-13”;
TCor	Inf	(15424885)	Paulo Alexandre de Jesus Castro Rodrigues	“Angola 2011-12”;
TCor	Art	(11205186)	Carlos Manuel da Silva Caravela	“Angola 2012-13”;
SMor	Cav	(09521386)	António Maria Batista do Nascimento	“Afeganistão 2013”;
SAj	Cav	(17649788)	Rui Manuel dos Santos Teixeira da Silva	“Afeganistão 2013”;
SAj	Mat	(00202592)	Ricardo Jorge Justiniano Pina Teixeira	“Afeganistão 2013”.
(Por despacho de 22mai14)				

Por Alvará de 17 de janeiro de 2006 foi condecorado com o grau Grã-Cruz da Ordem do Mérito o MGen (50995011) **Arnaldo José Ribeiro da Cruz**.

(Alvará (extrato) n.º 2/14, DR, 2.ª Série, n.º 39 de 25fev14)

Louvores

No momento em que cessa as suas funções na Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), louvo o Cor Inf (04273084) **Pedro Manuel Monteiro Sardinha**, pela forma extraordinariamente competente, leal e empenhada como exerceu as funções de Coordenador Executivo da Presidência Portuguesa e de Presidente do Comité Diretor, da Iniciativa 5+5 Defesa, durante o ano de 2013.

Durante este período em que desempenhou funções na DGPDN, seja na fase preparatória, seja no exercício da presidência portuguesa da Iniciativa 5+5 Defesa, o Coronel Pedro Sardinha demonstrou excelente conhecimento e domínio das matérias da Defesa que lhe permitiu intervir, com apurada oportunidade e sustentação técnica, nos mais diversos assuntos. Evidenciou, ainda, uma aprimorada capacidade de análise, espírito crítico e sentido prospetivo, que, aliados à sua disponibilidade, entusiasmo, capacidade de trabalho, organização e persistência, refletiram o seu assinalável espírito de Missão e a sua esclarecida noção do dever.

Relevam-se, como exemplos da inegável qualidade e competência do seu desempenho, os importantes contributos no sentido de melhorar o funcionamento da Iniciativa 5+5 Defesa, nomeadamente a elaboração, aprovação e colocação em prática do Mecanismo para a Seleção de Recomendações e a implementação do *Website* da Iniciativa 5+5 Defesa, marco importante da Presidência Portuguesa, e os esforços desenvolvidos nas funções de Presidente do Comité Diretor que lograram obter unanimidade em matérias sensíveis e de difícil consenso e que mereceram os mais rasgados elogios pelos mais altos responsáveis dos Estados Membros da Iniciativa.

Releva-se ainda a forma extraordinária e empenhada como coordenou e dirigiu os eventos realizados em Portugal no âmbito da Iniciativa 5+5 Defesa, com especial relevo para a Reunião Ministerial que assinalou o final da Presidência Portuguesa da Iniciativa 5+5 Defesa com elevado êxito.

Acresce ainda referir o rigor da sua ação no planeamento e execução orçamental que foram determinantes para um escrupuloso cumprimento de todos os objetivos preconizados, permitindo acomodar outros eventos complementares que vieram enriquecer e enaltecer a Presidência Portuguesa da Iniciativa 5+5 Defesa.

A tudo isto, o Coronel Pedro Sardinha acrescenta reconhecidas qualidades pessoais, de trato e sã camaradagem, elevado carácter, sentido de lealdade e correção, sendo ainda de realçar a competência técnico-profissional e o dinamismo que sempre evidenciou na realização das tarefas que lhe foram cometidas e na coordenação do trabalho de equipa, o que aliado a um espírito construtivo lhe granjeou a estima e o respeito dos seus colaboradores e superiores hierárquicos.

Face ao que precede, é-me grato reconhecer e dar público Louvor dos serviços que o Coronel Pedro Sardinha prestou à Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, revelando elevada competência, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Ministério da Defesa Nacional.

09 de maio de 2014. - O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar Branco*.

(Portaria n.º 327/14, DR, 2.ª Série, n.º 95 de 19mai14)

Louvo o TGen (14451273) **João Nuno Jorge Vaz Antunes** pela forma extraordinariamente devotada, esclarecida, dinâmica e eficiente como serviu o Exército durante cerca de quarenta e três anos de serviço efetivo, com total afirmação das suas altas qualidades morais e militares ao longo de uma brilhante carreira militar em que estiveram sempre presentes um insuperável aprumo profissional e um inexcédível apego ao Exército e à Instituição Militar.

Oficial extremamente inteligente, vivo e culto, são-lhe reconhecidos invulgares dotes de carácter, de que se destacam uma inquestionável lealdade, a frontalidade de atitudes, uma conduta ética irrepreensível e um grande espírito de camaradagem. Este singular conjunto de qualidades constituiu o cerne da excelência dos seus serviços durante toda a carreira, pautada em permanência por desempenhos de elevado pragmatismo e de manifesta dignidade.

Desde muito cedo, ainda como cadete-aluno da Academia Militar, evidenciou atitudes que o definiam como um militar corretíssimo, de um inexcédível aprumo e elevado espírito de camaradagem, o que lhe valeu a atribuição, em dois anos letivos consecutivos, do Prémio de Aprumo e Apresentação, sendo apontado como exemplo a seguir.

Já como oficial subalterno na Escola Prática de Infantaria (EPI), no desempenho das funções de Comandante de Pelotão de uma Companhia de Instrução, primeiro, e posteriormente Comandante do Pelotão de Morteiros Pesados da Companhia de Armas Pesadas do Batalhão Operacional e Adjunto do Comandante da Companhia de Apoio de Combate, evidenciou notável capacidade de comando, desembaraço, elevado aprumo moral e grande competência profissional, que lhe permitiram obter grande rendimento dos militares sob as suas ordens.

Como Capitão, para além do Comando da Companhia de Apoio de Combate do 10 Batalhão de Infantaria Motorizado da 1.ª Brigada Mista Independente, onde evidenciou ser um profundo conhecedor da tática de emprego dos diversos meios e da técnica de tiro, com um saber comprovado e respeitado, é de destacar a sua ação na Secção de Armamento e Tiro da EPI, onde preparou e organizou a doutrina sobre Apoio de Fogos, que reuniu em publicações, criando um corpo homogéneo e coerente. Ainda na Escola foi instrutor do Tirocínio para Oficial de Infantaria e do Curso de Promoção a Capitão, em simultaneidade com o Comando de Companhias, distinguindo-se claramente pela elevada qualidade da sua ação, sendo reconhecido como um Infante de excecional nível e um elemento saliente da sua geração, a quem se antevia uma brilhante carreira militar.

Na área da docência, como professor no Instituto de Altos Estudos Militares, função que desempenhou em duas ocasiões, mercê da sua capacidade de análise, pragmatismo e elevadas qualidades pedagógicas, contribuiu de forma muito empenhada e direta para a formação de uma vasta geração de quadros do Exército para quem se constituiu, muito justamente como uma reconhecida referência. O seu saber, resultante de muito estudo, meditação e de diversificadas experiências, justificaram a atribuição da responsabilidade em ministrar a matéria “Operações de Manutenção de Paz”, área que não era tratada no Instituto, o que fez com a competência e a dedicação que sempre o caracterizou, alcançando desde logo resultados dignos de especial referência. Regressou mais tarde ao Instituto de Altos Estudos Militares, após a frequência do Curso Superior de Comando e Direção, para desempenhar a função de Chefe da Secção de Ensino de Tática, tendo, na curta passagem, ficado uma vez mais patenteadas a sua sólida formação moral e técnico-profissional, as suas qualidades intelectuais, dedicação, abnegação, exigência, sentido de justiça e lealdade.

No que respeita a funções de Estado-Maior, a sua carreira fica indelevelmente ligada à Brigada Mecanizada Independente (BMI) onde, no desempenho das funções de Adjunto para as Operações, Oficial de Operações e Chefe do Estado-Maior, revelou grande preparação técnica e elevada craveira intelectual, expressas no planeamento e preparação de numerosos exercícios efetuados pela Brigada,

no âmbito nacional e internacional, merecendo especial destaque o exercício ARCO 951, pelo volume dos meios envolvidos e pela inovação de inserir a cerimónia militar comemorativa do aniversário da BMI nos procedimentos do regresso a quartéis da força que nele tomaram parte. Desempenhou ainda a função de Adjunto do General Chefe do Estado-Maior do Exército, sendo reconhecido como um colaborador de exceção, revelando uma notável capacidade de síntese e uma superior compreensão da forma como devem ser exercidas as funções do oficial de Estado-Maior pessoal.

No âmbito do Comando, funções em que porventura se revelaram os traços mais vinculados do excecional carácter do Tenente-General Vaz Antunes, é de relevar o seu desempenho como Comandante da Escola Prática de Infantaria, de 2000 a 2002. No exercício deste cargo, a sua esclarecida ação de comando, extraordinária eficácia, dignidade, inteligência, desembaraço, espírito de disciplina, lealdade, bem como a sua elevada noção do dever, tornaram-no credor de alta consideração por todos quantos tiveram o privilégio de o contactar, designadamente as autoridades civis e religiosas, bem como as próprias populações da região de Mafra. Relativamente à formação e instrução, missão primeira da Escola, mostrou-se profundamente interessado e empenhado em todas as suas vertentes, sendo um Comandante determinado e atuante na procura de mais e melhores respostas, assumindo com inteligência e perseverança a iniciativa de vários projetos inovadores em especial o designado por “Soldado do Futuro”.

Como oficial general, começou por desempenhar o importante cargo de Chefe da Divisão de Informações do Estado-Maior Militar da União Europeia, onde evidenciou uma excecional competência profissional e capacidade de liderança que lhe permitiram superar as diferentes e complexas situações, próprias de uma organização como a União Europeia. Entre os anos de 2004 e 2007, desenvolveu, de forma serena, diligente e muito determinada uma intensa atividade, de que resultaram valiosas contribuições no desenvolvimento dos padrões de desempenho da Divisão de Informações e no aperfeiçoamento da sua articulação orgânica com o Centro de Situação. Este facto, objeto de inequívocos elogios por parte das autoridades militares europeias, granjeou-lhe o respeito e reconhecimento internacional. A sua experiência, elevada motivação e ação empenhada permitiram-lhe compatibilizar uma criteriosa fidelidade comportamental, sem nunca desfavorecer a defesa dos interesses e o prestígio do País.

Chamado às elevadas responsabilidades, como Tenente-General, de Comandante da Instrução e Doutrina, pode finalmente colocar ao serviço do Exército, em toda a sua plenitude, a sua extraordinária vocação pedagógica, a sua rara sensibilidade para os assuntos do ensino e da instrução e as notáveis qualidades de comando, direção e chefia, constituindo-se num prestimoso colaborador do Comandante do Exército, pela perfeita interiorização da importância da missão do Comando que lhe fora confiado e pela serena eficácia e espírito inovador com que respondeu aos múltiplos desafios suscitados pela necessidade de consolidar o Comando da Instrução e Doutrina (CID) em Évora. A título de exemplo refere-se o desenvolvimento da estrutura de Novas Oportunidades e a atualização da Doutrina, face à nova dinâmica do ambiente operacional e aos novos sistemas de armas e equipamentos que entraram ao serviço no Exército, sendo ainda de realçar o alargado conjunto de colaborações estabelecidas entre o CID, as suas U/E/O, e as mais diversas entidades e instituições civis, que permitiram multiplicar, enriquecer e fortalecer a cooperação entre o Exército e a Sociedade Civil.

Profundamente conhecedor da realidade do Exército, foi nomeado Inspetor-Geral do Exército, pondo no exercício deste alto cargo toda a sua forte personalidade, inteligência, objetividade e pragmatismo, constituindo-se como um elemento dinamizador de reflexão e de reavaliação permanente do funcionamento e gestão dos meios do Exército, conjugando de forma superior a integração dos assuntos de natureza Logística, Tática e Doutrinária, como contributo para uma melhor racionalização dos meios humanos, materiais e financeiros colocados à disposição do Exército para o cumprimento da sua missão.

Com a sua nomeação para o importante cargo de Comandante Operacional Conjunto, que exerceu com a elevação e competência que foram apanágio da sua vida militar, culminou uma carreira intensamente vivida, norteadas pelas virtudes militares, por uma indefinível lealdade e frontalidade, e por uma inesgotável energia e capacidade de trabalho, prestigiando-se e prestigiando uma carreira que deve constituir grande motivo de orgulho para si e para a Instituição Militar que devotadamente serviu.

De referir ainda que, em acumulação de funções, desempenhou os cargos de Vogal e de Presidente do Conselho Superior de Disciplina do Exército, bem como o de Diretor Honorário da Arma de Infantaria, em que teve uma intervenção extraordinariamente ativa e muito marcante, promovendo e dinamizando ações com os oficiais e os sargentos da Arma de Infantaria, tendo sempre como objetivo o reforço dos laços de camaradagem e o desenvolvimento do espírito de coesão entre as diferentes gerações de quadros de Infantaria e no reforço das tradições e do espírito da Arma. Também nestas funções a sua capacidade de liderança, espírito de iniciativa e exemplo de camaradagem foram muito vinculados, constituindo uma referenda para os oficiais e sargentos da Arma de Infantaria, que o elegeram para o Conselho da Arma de Infantaria em todos os postos, de Alferes a Coronel.

O General Chefe do Estado-Maior do Exército, no momento em que o Tenente-General Vaz Antunes por imperativos legais deixa o serviço ativo, realça publicamente a sua capacidade multifacetada e as suas qualidades humanas e virtudes militares patenteadas no decurso da sua extensa e notável carreira, e enaltece o elevadíssimo apreço pelos seus serviços, que classifica como extraordinários, relevantes e distintíssimos, de que resultou honra e lustre para o Exército, para a Instituição Militar e para a Pátria.

13 de maio de 2014. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o Cor Eng (07320186) **Francisco António Amado Monteiro Fernandes** pela forma extraordinariamente devotada, esclarecida, dinâmica e eficiente como serviu o Exército e o País durante mais de 30 anos de serviço efetivo, revelando grande capacidade de liderança, competência profissional, elevados dotes de caráter, qualidades e virtudes militares que lhe permitiram alcançar assinaláveis níveis de proficiência e que encontram apropriada tradução numa folha de serviços que o dignifica e enobrece.

Desde muito cedo, ainda como aluno da Academia Militar, a sua inteligência, dinamismo e responsabilidade foram notadas e salientadas entre todos os seus contemporâneos. Após ter concluído o Curso da Academia Militar e ter ingressado na Arma de Engenharia, foi colocado no Regimento de Engenharia N.º 1 (RE1), tendo como oficial Subalterno, evidenciado elevada generosidade, vontade de bem servir e competência assinalável no desempenho dos cargos de Comandante de Companhia de Instrução e de Companhia de Comando e Serviços.

Como Capitão merece destaque a sua ação altamente meritória como Comandante de Companhia de Engenharia, na Escola Prática de Engenharia (EPE), e Comandante de Companhia de Equipamento e Apoio à Construção, no RE1, tendo nos dois cargos patenteado excelentes capacidades de planeamento, organização e de liderança. Ainda como Capitão, teve oportunidade de relevar a sua competência técnica, elevado sentido de missão e relevantes qualidades pessoais no desempenho do cargo de Chefe da Secção de Infraestruturas Militares da Zona Militar da Madeira.

Como oficial superior destaca-se a sua ação como Comandante de Batalhão de Engenharia e Construções, no RE1, onde para além de confirmar as suas elevadas competências de liderança, demonstrou determinação, correção e lealdade exemplares. Posteriormente, as suas qualidades foram colocadas à prova em funções na Divisão de Planeamento e Programação do Estado-Maior do Exército e, sobretudo, como Professor no Instituto de Altos Estudos Militares, onde, uma vez mais, reafirmou as suas inegáveis qualidades e virtudes militares, das quais se destacam a abnegação e o espírito de sacrifício exemplares, complementadas por sólidos conhecimentos técnicos e táticos, excelente capacidade de comunicação e reconhecidas qualidades pedagógicas. Ainda no âmbito das suas funções de docência, ressalta-se os públicos elogios que recebeu pela forma como aproveitou a oportunidade de comentar nos Órgãos de Comunicação Social, em representação da Instituição Militar, os desenvolvimentos do conflito do Iraque em 2003.

Entretanto, colocado no Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil, reiterou a sua elevadíssima competência no âmbito técnico-profissional, dedicação ao serviço, frontalidade de atitudes e extrema lealdade e obediência na assessoria pessoal ao Presidente do Serviço.

Nomeado por escolha para 2.º Comandante da EPE, demonstrou uma vez mais o seu elevado profissionalismo, bem como uma notável disponibilidade, assente num invulgar sentido de missão e de iniciativa. Merece, ainda, uma especial referência o extraordinário empenho, entusiasmo e elevado

sentido de responsabilidade que colocou em todas as atividades que lhe foram confiadas no período em que exerceu funções no Comando da Logística.

Na esfera internacional releva-se a forma altamente competente, exemplar e distinta como cumpriu duas importantes missões de serviço, a primeira como Diretor do Centro de Operações do Quartel-General do Corpo de Exército de Reação Rápida OTAN, em Valência - Espanha, e a segunda como Comandante da oitava Unidade de Engenharia que Portugal projetou para o Teatro de Operações do Líbano.

Posteriormente como Coronel, na qualidade de Comandante da EPE, e mais tarde como Comandante do RE1, marcou o seu comando com uma ação muito criteriosa, eficaz e profícua, atuando sempre de forma inteligente, sensata e oportuna, no cumprimento das missões atribuídas, em total conformidade com as diretivas e orientações superiormente estabelecidas, revelando possuir aptidão para bem servir e superior capacidade para planear, organizar e coordenar as diversas e multifacetadas atividades, garantindo em simultâneo, uma gestão eficaz e rigorosa dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Oficial de excelência, de elevada craveira intelectual, seguro nos procedimentos, sensato, disciplinado e disciplinador, que pautou todos os seus atos pelos ditames da honra e da virtude, pela afirmação constante de elevados dotes de caráter e reconhecida coragem moral, sendo de inteira justiça reconhecer de forma inequívoca o extraordinário desempenho e a competência profissional reveladas pelo Coronel Monteiro Fernandes ao longo da sua carreira e classificar os serviços por si prestados como extraordinários, relevantes e distintos, deles tendo resultado honra e lustre para o Exército, para as Forças Armadas e para Portugal.

06 de maio de 2014. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o TCor Inf (00979387) **Pedro Duarte da Rocha Ferreira**, pela elevada competência Técnico-Profissional e extraordinário empenho colocados ao serviço nos últimos 2 anos, nas funções de Adjunto da Repartição da Cooperação Militar e Alianças do GabCEME, reveladores de excelentes virtudes militares e consideráveis qualidades pessoais.

Possuidor de uma apreciável capacidade de análise documental e conhecimento profundo da sua organização, tem-se assumido como um elemento preponderante e fundamental na preparação dos assuntos e diversificada documentação submetida a apreciação superior, facilitando a obtenção de decisões mais ajustadas para o seu encaminhamento interno no Exército, fazendo a utilização adequada de várias aplicações informáticas ao seu dispor e das quais tem sabido retirar excelente rendimento. Mercê de uma grande iniciativa e criatividade, conseguiu em permanência soluções para as situações que se revestiam de maior complexidade e de difícil resolução, criando um ambiente de grande segurança profissional e aumento significativo na qualidade do serviço, tendo com a sua prestação, contribuindo significativa e inequivocamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Gabinete e do Exército.

Através do seu singular empenho e dedicação, tem igualmente efetuado um rigoroso controlo dos efetivos existentes no exterior, seja em missões humanitárias, de paz ou em cargos internacionais, proporcionando informação de qualidade e relevância, mostrando possuir elevada inteligência prática, grande profissionalismo e superior espírito de missão num trabalho minucioso e que requer grande persistência no apuramento dos dados necessários.

Mais recentemente e na ausência do Chefe da Secção de Cooperação Técnico Militar procurou com rapidez inteirar-se das matérias deste âmbito, acumulando a sua atividade com restantes áreas cruciais da Repartição, não se eximindo a esforços para que o GabCEME mantivesse o elevado nível de proficiência no controlo e coordenação na área da Cooperação Técnico Militar, dando um contributo precioso para o aprontamento dos militares a destacar para as missões. Para além desta área específica, manteve uma ligação muito estreita com o Estado-Maior do Exército no que respeita aos assuntos de âmbito Bilateral e Multilateral complementando o trabalho ali desenvolvido.

Militar dotado de grande espírito de sacrifício, muito leal, disciplinado e possuidor de grande capacidade de trabalho, não se deixou convelir pelos obstáculos, mantendo uma serenidade apropriada

e muito salutar, num espírito de grande disponibilidade pessoal. Concorrendo em permanência para as excelentes relações de trabalho que se fazem sentir, é o TCor Pedro Ferreira inteiramente merecedor de que os seus serviços sejam merecedores de público louvor e que sejam considerados relevantes e muito meritórios.

05 de fevereiro de 2014. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o SMor Inf (05434082) **António José Silva Abreu**, do Regimento de Guarnição n.º 3 (RG3), pela exemplar conduta moral e disciplinar, patenteada nos permanentes atos de excecional zelo pelo serviço e comprovado espírito de lealdade que sempre colocou no cumprimento das suas funções e, na forma devotada, esclarecida e eficiente como serviu o Exército, as Forças Armadas e o País, ao longo de mais de 31 anos de serviço. A sua carreira militar é plena de dignidade e dedicação, e traduz as suas excecionais qualidades e virtudes militares, as quais lhe permitiram alcançar assinaláveis níveis de proficiência, que encontram apropriada tradução na sua distinta folha de matrícula.

Da sua extensa e diversificada formação, importa relevar o facto de, para além de inúmeros cursos de cariz militar, ser possuidor de uma licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e outra em Ciências Religiosas, pela Faculdade de Teologia do Porto, da Universidade Católica Portuguesa, para além de uma Pós-graduação em Ciências Jurídicas e ser, atualmente, mestrando em Ciências Religiosas, situação que reflete a sua exemplar postura de permanente aprofundamento das suas capacidades e conhecimentos.

Da sua longa carreira e no exercício das mais diversas funções, destaca-se enquanto 2.º Sargento e depois 1.º Sargento, o seu desempenho como Instrutor de inúmeros Cursos de Formação de Sargentos (CFS), na Escola Prática de Infantaria (EPI), denotando grande sentido do dever, capacidade de organização e espírito de iniciativa.

Como Sargento-Ajudante e chamado a exercer funções de adjunto do comando da Companhia de Comando da EPI e, cumulativamente, instrutor de vários Estágios de Promoção a Sargento-Ajudante (EPSA), revelou ser um militar inteiramente devotado a sua profissão, com notável espírito de missão e aptidão para o desempenho de funções da maior responsabilidade.

De agosto de 1999 a setembro de 2002, desempenhou funções no âmbito de um cargo internacional em Florença (Itália), na estrutura da EUROFOR, onde importa relevar neste âmbito, a forma eficiente, extraordinariamente competente e muito responsável, como desempenhou as suas diversas funções, muito prestigiando a imagem do Sargento do Exército Português.

Como Sargento-Chefe, foi nomeado para prestar serviço na Polícia Judiciária Militar, no Porto, para as exigentes funções de Investigador Criminal, onde revelou uma boa capacidade de planeamento e de organização, abnegação, sabendo selecionar prioridades e objetivos, perseguindo-os com grande coragem moral, entusiasmo, determinação, perseverança e grande entrega.

Com a promoção ao posto de Sargento-Mor viria a ser chamado para exercer as funções de Chefe da Secção de Processos, onde revelou, mais uma vez, a sua elevada competência técnica e relevantes qualidades pessoais, sendo justo considerar que nos quase 9 anos de serviço na PJM, prestou um serviço de muito elevado nível a justiça castrense e ao Exército.

Nomeado, por escolha, para as prestigiantes funções de Adjunto do Comandante do RG3, cargo que ocupa desde janeiro de 2013, com previsão de passagem a situação de reserva, por motivos estatutários, no dia 26 de junho de 2014, uma vez mais, tem estado à altura das exigências, atuando de forma correta e eficaz, dentro do estrito cumprimento das suas competências, apresentando ao Coronel Comandante do regimento, sugestões e propostas ajustadas, sendo considerado uma referência para todos os Sargentos da Unidade e da Zona Militar, um exemplo de profissional de elevadíssimo nível e um excecional colaborador do comando do RG3.

Detentor de uma sólida formação moral e humana, de uma grande frontalidade, cultivando em muito elevado grau a virtude da lealdade, bom senso, elevado espírito de sacrifício, abnegação e permanente vontade de bem servir em todas as circunstâncias, é de inteira justiça destacar a notável qualidade global do percurso profissional do Sargento-Mor António Abreu, no exercício de todas as funções que lhe foram atribuídas ao longo da sua brilhante e insigne carreira militar, onde sempre

revelou no âmbito técnico-profissional, uma elevada competência e um extraordinário desempenho pelo que é de considerar os serviços por si prestados como extraordinários, relevantes e distintos, deles tendo resultado honra e lustre para o Exército, para as Forças Armadas e para Portugal.

15 de maio de 2014. - O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que, os militares abaixo designados, transitem da situação de ativo nos termos do artigo 171.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, e nas datas que, a cada um se indica:

Posto	A/S	NIM	Nome	Situação de Ativo		desde
				Anterior	Atual	
SAj	Inf	(08379189)	Paulo Jorge de Lemos Rodrigues	Quadro artº 172.º	Adido alínea a) do nº 2 do art.º 173.º	19-05-14
SAj	Inf	(19702288)	João Carlos Coelho Vaz	Quadro artº 172.º	Adido alínea a) do nº 2 do art.º 173	26-05-14

(Por Portaria de 04jul14)

Passagem à situação de Reforma

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o TGen (16450473) **Luís Manuel dos Santos Newton Parreira** transite para a situação de reforma, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de abril de 2014.

(Portaria n.º 494/14, DR, 2.ª série, n.º 120 de 25jun14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que os Oficiais abaixo mencionados, transitem para a situação de reforma, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de setembro, devendo ser considerados nesta situação desde as datas aí consignadas.

Posto	A/S	NIM	Nome	Data reforma
Maj	SGE	(14313779)	Mário Figueiredo Crispim Tecedeiro	01-05-2014
Cap	QTS	(15708173)	António Cláudio Castanheira Contente	06-05-2014

(Portaria n.º 490/14, DR, 2.ª série, n.º 119 de 24jun14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que os Sargentos abaixo mencionados, transitem para a situação de reforma, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de setembro, devendo ser considerados nesta situação desde as datas aí consignadas.

Posto	A/S	NIM	Nome	Data reforma
SMor	Inf	(09844378)	José Augusto Pereira dos Santos	01-05-2014
SMor	Med	(02978480)	Antero Soares de Matos	01-05-2014
SCh	Med	(15589381)	Paulo Manuel Pires de Távora Távora	04-05-2014
1Sarg	Aman	(01817079)	António José Rodrigues da Silva Ferreira	13-05-2014

SAj	Mus	(06322586)	José Manuel Salgado Machado	20-05-2014
SCh	Med	(05587773)	José Manuel Rosa Carrola	24-05-2014
SMor	Mat	(02203678)	José Carlos da Silva Armindo	28-05-2014
SAj	Mat	(08921181)	José Carlos Rodrigues Salgueiro	31-05-2014

(Despacho n.º 8 254/14, *DR*, 2.ª série, n.º 120 de 25jun14)

Passagem à situação de Reforma Extraordinária

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o TCor Inf (02825979) **Vítor Manuel Coimbra Leite** transite para a situação de reforma extraordinária, nos termos da alínea *a*) do artigo 160.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/05, de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de novembro de 2011.

(Portaria n.º 479/14, *DR*, 2.ª série, n.º 117 de 20jun14)

III — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

Promoções

1. Por despacho de 30 de abril de 2014 do Chefe da RPM/DARH, ao abrigo dos poderes que lhe foram subdelegados pelo Major-General DARH, através do despacho n.º 3 370/2014, de 3 de março, após subdelegação do Exmo. TGen VCEME no exercício de poderes no âmbito das atribuições do comando do pessoal, pelo despacho n.º 5 521/2014, de 22 de abril, por subdelegação, conferida pelo despacho n.º 661/2014, de S. Ex.ª o Gen CEME, inserto no *Diário da República (DR)* 2.ª série n.º 10, de 15 de janeiro, são promovidos ao posto de Sargento-Ajudante, nos termos do artigo 183.º e alínea *c*) do artigo 262.º, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *b*) do n.º 1 do artigo 263.º e n.º 2 do artigo 274.º, todos do EMFAR, os Sargentos a seguir indicados:

1Sarg	AdMil	(08364590)	António José Pontes Leão de Meireles;
1Sarg	Eng	(10928690)	José Manuel Ferreira Almeida Marques;
1Sarg	Art	(06743492)	José Alberto Ceroula Tavares;
1Sarg	Inf	(06399190)	António Fernando Dias;
1Sarg	Inf	(03624192)	João Manuel Oliveira Costa;
1Sarg	Cav	(20842191)	Hugo Ricardo Vidinha Pereira Lopes;
1Sarg	SGE	(02970693)	André Alegre Vaz;
1Sarg	Med	(21690291)	António Alberto Faria dos Santos;
1Sarg	Inf	(08121492)	Jorge Humberto Nunes da Silva;
1Sarg	Mat	(03859391)	Mário Ricardo Rodrigues Jorge.

2. Os referidos Sargentos contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2014, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

3. Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *DR*, nos termos do despacho n.º 5 453-A /2014, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional.

4. Mantêm a sua situação relativamente ao Quadro, ao abrigo do artigo 171.º do EMFAR e são posicionados na Lista Geral de Antiguidades do seu Quadro Especial, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

5. Estas promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 5 453-A/2014, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014, em referência do previsto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

(Despacho n.º 6 036/14, *DR*, 2.ª série, n.º 89 de 09mai14)

IV — COLOCAÇÕES, NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES

Colocações

Manda o Exmo. Chefe do Estado-Maior do Exército que, nos termos das NNCMQP, os militares das UEO abaixo designadas, sejam colocados nas U/E/O e nas datas, que a cada um se indica:

Posto	A/S	NIM	Nome	UEO anterior	UEO colocação	Data
SCh	Inf	(17582684)	Carlos dos Santos Morais	Cmd/ZMM	RG3	07-05-14
SAj	Med	(17342188)	Nuno Alexandre Barroso Vilhena	DGME	DS	26-05-14
SAj	Inf	(19650490)	Luís José Fernandes Domingos	DS	UnApAMAS	26-05-14
SAj	AdMil	(08364590)	António José Pontes Leão de Meireles	MM Suc Porto	DSP	26-05-14
1Sarg	AdMil	(11583591)	Armando Martins Ribeiro	UnAp/CmdPess	DSP	18-05-14

(Por Portaria de 04jul14)

Manda o Exmo. Chefe do Estado-Maior do Exército que, nos termos das NNCMQP, os militares das U/E/O abaixo designadas, sejam colocados na UnAp/EME, a prestar serviço nas U/E/O e nas datas que, a cada um se indica:

Posto	A/S	NIM	Nome	UEO anterior	UEO Svc	Data
SAj	Inf	(08379189)	Paulo Jorge de Lemos Rodrigues	AM	EMGFA	19-05-14
SAj	Inf	(19702288)	João Carlos Coelho Vaz	CSMIE	CISMil	26-05-14

(Por Portaria de 04jul14)

Nomeações

1. Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 24.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, que aprova a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, nomeio, sob proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército, o TGen (01268688) **António Xavier Lobato de Faria Menezes** para o cargo de Comandante das Forças Terrestres.

2. O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

30 de maio de 2014. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(Despacho n.º 7 499/14, DR, 2.ª série, n.º 110 de 09jun14)

1. Nos termos do disposto no artigo 4.º do estatuto dos militares nomeados para participarem em ações de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de dezembro e verificados os requisitos nele previstos, prorrogo a comissão do Cor Inf (04180880) **Jorge Manuel Fernandes Alves de Oliveira**, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 12 de julho de 2014, no desempenho das funções de Diretor Técnico do Projeto 1 – «Estrutura Superior da Defesa e das FAA», inscrito no Programa-Quadro de Cooperação Técnico – Militar com a República de Angola.

2. De acordo com o n.º 5 da Portaria n.º 87/99 (2ª série), de 30 de dezembro de 1998, publicada no Diário da República – 2.ª série de 28 de janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

20 de maio de 2014. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(Despacho n.º 7 165/14, DR, 2.ª série, n.º 105 de 02jun14)

V — RECTIFICAÇÕES

Que fique sem efeito o publicado em OE n.º 6, 2.ª série, de 30 de junho de 2013, pág n.º 354, referente ao Ten AdMil GNR (1961023) Carlos Manuel Rodrigues Coelho.

Rectifica-se o publicado na OE n.º 9, 2.ª série, de 30 de setembro de 2013, pág n.º 550, referente à atribuição da Medalha de Comportamento Exemplar, onde se lê “(Medalha de Cobre)”, deve ler-se “(Medalha de Prata)”, relativamente ao Cb Cav GNR (1970348) Rui Manuel Rodrigues Correia;

Rectifica-se o publicado na OE n.º 2, 2.ª série, de 28 de fevereiro de 2014, pág n.º 53, referente à atribuição de Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais, onde se lê “(Bósnia 2008-09)”, deve ler-se “(Líbano 2008-09)”, relativamente ao TCor Inf (13067087) Mário Jorge Batista Duarte Pereira.

VI — OBITUÁRIO

Faleceram os militares abaixo mencionados da SecApoio/RRRD:

2003

fevereiro	19	1Sarg	Inf	(88026461)	Bartolomeu Marçal de Jesus;
outubro	17	1Sarg	SGE	(50006611)	Raúl Pedro Sequeira.

2013

janeiro	12	SAj	SGE	(50242611)	António Franco Ramos;
agosto	18	SAj	SGE	(50339811)	Manuel Augusto Azevedo Raínho;
dezembro	18	SCh	PQ	(09083264)	Vítor Manuel Lopes Clemente.

2014

janeiro	16	1Sarg	SGE	(50130011)	Manuel Rosa de Freitas;
março	10	SAj	Inf	(38228756)	João Barbosa Ribeiro;
abril	07	Maj	Inf	(45534652)	João Alves Rodrigues;
maio	02	Cor	Inf	(51083911)	Eduardo Monteiro Nunes Prudente;
maio	03	1Sarg	Inf	(51287511)	João da Silva Porto;
maio	04	TCor	Inf	(50767211)	Pedro Bebianco de Sá Viana Rebelo;
maio	04	1Sarg	Cav	(43088954)	Adriano Gonçalves;
maio	05	1Sarg	Eng	(46269559)	Joaquim António Magessi Martins;
maio	06	SCh	Mat	(09262763)	José Manuel Nogueira da Silva;
maio	06	SAj	PQ	(51764511)	Júlio do Carmo;
maio	07	SAj	SGE	(50982211)	Fernando Tomás Santos Vieira;
maio	08	1Sarg	SGE	(50660211)	Manuel Luís Mendes;
maio	15	Cor	AdMil	(02522577)	José Alberto Diniz Gasalho Simões;
maio	18	Cap	SGE	(52389011)	José Luís Manique da Silva;

maio	21	SCh	Art	(50589111) Manuel Joaquim Granadeiro Batata;
maio	22	Cor	Inf	(51224011) Amílcar José Alves;
maio	24	Cor	Art	(50270311) Manuel Lourenço Pires.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, General.

Está conforme:

O Vice-CEME
no exercício de poderes no âmbito das
atribuições do Comando do Pessoal

António Carlos de Sá Campos Gil, Tenente-General.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

3.^a SÉRIE

N.º 06/30 DE JUNHO DE 2014

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.^a Classe, nos termos do disposto da alínea *d*) do n.º 1 e da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 26.º, da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 27.º, do n.º 3 do artigo 34.º e do n.º 2 do artigo 38.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º, do mesmo diploma, a 2Cb (05009709) **Lucinda Maria da Silva Alcobia**.

(Por despacho de 15mai14)

Condecorados com a Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Ex 2Sarg	(00966963) Vasco Dias da Costa	“Angola 1965-67”;
Ex Furr	(09930665) José Celestino Arroja Gomes	“Moçambique 1967-69”;
Ex Furr	(06869171) António da Silva Ferreira	“Angola 1972-74”;
Ex Furr	(02624166) Adolfo de Sousa Moreira	“Angola 1968-1970”;
Ex 1Cb	(00883764) Manuel Jardim Gonçalves	“Angola 1965-67”;
Ex 1Cb	(08755572) António Abílio Pires Lavado Pedras	“Guiné 1973-74”;
Ex 1Cb	(08793668) Domingos Campos Pereira	“Angola 1969-1971”;
Ex 1Cb	(00131964) António Abel Correia	“Angola 1964-68”;
Ex 1Cb	(15729168) Luís Manuel Vieira Pimentel	“Angola 1969-1971”;
Ex 1Cb	(05908672) António Pereira de Almeida	“Guiné 1973-74”;
Ex 1Cb	(12858972) Luís Maria Moreira Antunes	“Guiné 1973-74”;
Ex 1Cb	(31222265) Arlindo da Silva Faria de Sá	“Moçambique 1965-68”;
Ex Sold	(07894468) João Augusto Alves Pereira	“Angola 1968-69”;
Ex Sold	(00836664) José Maria Ferreira Martins	“Angola 1965-67”;
Ex Sold	(00624467) Paulino Pinto da Silva	“Moçambique 1967-69”;
Ex Sold	(04701467) Mário Ferreira de Almeida	“Angola 1968-1970”;

Ex	Sold	(14473272)	José António Aleixo Prates	“Guiné 1973-74”;
Ex	Sold	(03169865)	António da Silva Lopes	“Moçambique 1965-67”;
Ex	Sold	(01717573)	Alberto da Costa Miranda	“Angola 1973-75”;
Ex	Sold	(08660966)	Cândido Alberto da Silva Cunha	“Angola 1967-69”;
Ex	Sold	(02722265)	Reinaldo Duarte Fernandes	“Guiné 1965-67”;
Ex	Sold	(05622666)	João Augusto Pinto Xavier	“Moçambique 1966-68”;
Ex	Sold	(04994564)	Carlos Almeida da Silva	“Angola 1965-67”;
Ex	Sold	(16729670)	José Luís Miranda da Costa	“Moçambique 1972-74”;
Ex	Sold	(60081670)	Luís Aníbal Fernandes Coelho Vieira	“Angola 1970-73”;
Ex	Sold	(06711967)	Manuel Fernando Brandão Malvar	“Moçambique 1968-1970”;
Ex	Sold	(02508164)	António Manuel Gonçalves da Costa	“Angola 1965-67”;
Ex	Sold	(02149668)	António Ferreira da Costa	“Moçambique 1968-1970”;
Ex	Sold	(02611367)	Manuel Fernando Silva	“Guiné 1967-69”;
Ex	Sold	(07630265)	Joaquim de Sousa Ferreira	“Angola 1965-68”;
Ex	Sold	(06850869)	José Manuel Dias	“Guiné 1970-71”;
Ex	Sold	(08228672)	Domingos Melo da Silva Machado	“Angola 1973-74”.

(Por despacho de 07/mai/14)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares, em regime de contrato:

Ten	(11574700)	Jorge Alexandre Dias Ferraz	“Kosovo 2013-14”;
Alf	(18016800)	Rui Miguel da Costa Paiva	“Kosovo 2013-14”;
Furr	(08580004)	Paulo Rafael Correia Lopes	“Kosovo 2013-14”;
Furr	(05665204)	Luís Miguel Carrilho Martinho	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(00367910)	António André da Costa Botelho Sousa	“Afeganistão 2012-13”;
1Cb	(14871509)	Ricardo Francisco Cardoso Lopes	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(04667903)	Ricardo Filipe de Almeida	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(11731909)	João Paulo Silva Morgado	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(16027210)	César Emanuel Dias Fernandes	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(04506511)	Pedro Miguel Martins Machado	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(12358604)	Luís André da Silva Gomes	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(17259609)	Rui Miguel Pereira Dias	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(00764006)	Luís Manuel Calheiros Job	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(02533010)	Miguel dos Santos Marques	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(03987506)	Pedro Salgado Ramos	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(03427909)	Fábio Mourão Fernandes	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(16872412)	Rafael Martins Cabeleira	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(02293703)	António Décio Henriques de Abreu	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(10095709)	Francisco Ascensão Sardinha Aguiar	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(01769306)	Liliana Andreia de Andrade	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(19390805)	José Diogo Andrade Rodrigues	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(13461312)	Gonçalo Augusto Batista Lopes	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(18756805)	Hugo Miguel Freitas Gama	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(01185812)	Filipe Moura Simões	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(00625709)	Jandir Emanuel Barbosa Vieira	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(10550909)	Tiago Manuel Amaral Caldeira Torcato	“Kosovo 2013-14”;
1Cb	(10287006)	André Francisco Sousa Almeida	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(00203204)	João Manuel Gonçalves de Carvalho	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(07145404)	João Manuel Carvalho Melo	“Afeganistão 2013”;

Sold	(08978010)	Sónia Cristina Rodrigues Marques	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(15261609)	José Carlos Pinto Ferreira	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(00188506)	Diogo Filipe Simões Lacerda	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(16045809)	Fábio Sousa Vaz	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(08019605)	Luís Ângelo Rodrigues Gomes	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(09037704)	Ricardo Jorge Santos	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(05506110)	Tiago Manuel Gomes Lourenço	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(08563402)	Nuno Miguel da Silva Pinto	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(09804510)	André paixão Oliveira	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(09696710)	Célio Correia Castaíña	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(07656206)	Vítor Diogo Nunes Vaz	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(14975010)	Daniel Filipe Rodrigues Amaral	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(19549111)	Telmo José Gomes Pereira	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(00337206)	Nuno Miguel de Almeida Gonçalves	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(12592411)	Ricardo Miguel Pais Lopes	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(10271610)	Luís Paulo Ribeiro Lopes	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(15535611)	Filipe Rui Mendes Serrão	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(07038009)	Fábio Ricardo Alves de Sousa	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(00571405)	Filipe Nuno Marques Santos	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(19009012)	Fábio Cristiano Carvalho dos Santos	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(13615009)	Maria Isabel Pacheco Mendes	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(08491012)	Daniel Filipe Dias Costa	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(17850511)	Vera Lúcia Pinheiro Rocha	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(11761512)	Bruno Duarte Fernandes	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(12878611)	Cristiano Manuel Neves Martins	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(12019311)	João Vítor Gonçalves Medeiros	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(00523609)	Vítor Manuel Amaral	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(04967711)	Jorge Gabriel Ribeiro Martinho	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(06200812)	Tiago Monteiro Correia	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(11227610)	Mickael Adriano Tiago Trigo	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(05367110)	Bruno Filipe Rodrigues Resende	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(02406206)	Hélder Manuel Franco de Melo Mendonça	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(08460312)	Carlos Manuel Amorim Rodrigues Pereira	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(19280004)	Gabriel Trindade Mendes	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(02388002)	Filipe Salvador Amaral	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(13087513)	Marco António Diogo Caixas	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(01200811)	José Roberto Bessa Duarte	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(18711705)	João Filipe Correia de Matos	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(09156404)	Vítor José Lima Cunha	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(09631906)	Pedro Gil Rodrigues Pereira	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(19590806)	Júlio César Queirós Pereira Magalhães Moreira	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(19787203)	António Manuel Carvalho Figueiredo	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(00637711)	Edgar Miguel Cardoso Azenha	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(00836210)	Daniel Dinis Albuquerque	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(18232005)	Carlos Manuel Sousa Fonseca	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(01533910)	João Paulo Cardoso Teixeira	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(06692811)	Luís Miguel Rodrigues Ribeiro	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(19646810)	Renato Filipe Rodrigues da Silva	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(07305605)	António Carlos Peixoto Fernandes	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(19432910)	Diogo Samuel Esteves Almeida	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(14797810)	André Guimarães Carvalho Mota	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(06401206)	David Patrício Ramos de Albuquerque	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(16452111)	Jorge Daniel Nascimento Rodrigues	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(10884910)	Francisco José Costa Mendes Alves	“Kosovo 2013-14”;

Sold	(09782111)	Luís Rafael Coelho Marques	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(11011709)	Ana Catarina Carvalho Marques	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(04112905)	Emanuel Barbosa dos Santos	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(08112011)	André Freitas Carvalho	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(13638910)	Alexandre Duarte Francisco	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(18731710)	Flávio Alexandre Abrantes Quaresma	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(19207611)	Jorge Miguel Rodrigues Pereira	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(14997009)	Luís Paulo Pinto Vargas	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(04144705)	Philippe Bernardes Ascensão	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(05552010)	Rui Alexandre Marques Rebelo da Silva	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(04056106)	Manuel Carlos Monteiro Saraiva	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(19509510)	Hugo André Costa Rebelo	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(07713610)	Filipe da Silva Pereira	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(04280811)	Fábio Filipe Faria da Costa	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(13214311)	Adriano Alexandre Moreira de Sousa	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(06650711)	Hugo Micael da Rosa Sousa	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(15558610)	Filipe Joaquim Paiva Ribeiro	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(14147911)	Leandro Vasconcelos Pires	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(08171710)	Luís Carlos Pinto Casimiro	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(08374711)	André Filipe Costa Pereira	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(07339806)	Rui Pedro Pereira das Neves	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(06080909)	Paulo César da Cruz Almeida	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(13783709)	Fábio Alexandre Fernandes Antunes	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(06123410)	Susana Marisa Simões Henriques	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(15087611)	Diogo José Nunes Paiva	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(19155311)	Emanuel José Marques Jarmelo	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(19837112)	Rafael Correia Frias	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(18995509)	Diogo Desidério Gonçalves Gomes	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(16562104)	Rómulo Miguel Freitas Faria	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(19962809)	Luís Paulo Santos Pereira	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(15012310)	Nélson da Silva Florença	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(10300111)	Diogo Lino Jesus Silva	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(16922609)	Patrício Manuel Gonçalves Valente Santos	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(03847205)	José Bernardino Marques Carvalho	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(00068610)	Rodrigo Manuel Campos Sampaio	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(15531106)	Ricardo Filipe Jesus Neves	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(04335911)	Ana Isabel Silva Pereira	“Kosovo 2013-14”.

(Por despacho de 07mai14)

Ex 1Cb (39877393) Hugo Filipe da Costa Ramalho Paulino “Kosovo 1999-2000”.

(Por despacho de 19mai14)

Condecorados com a Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais, por despacho do Major-General Director de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares, em regime de contrato:

1Cb	(02480110)	José Gualdino Mendes Serrão	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(04089209)	Nuno Miguel Pascoal Rodrigues	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(18090905)	Tiago Filipe Nunes da Costa	“Kosovo 2013-14”;
Sold	(03397905)	David Manuel Monteiro Teixeira	“Kosovo 2013-14”.

(Por despacho de 07mai14)

II — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

Promoções

1 — Por despacho de 28 de maio de 2014 do Chefe da RPM/DARH, ao abrigo dos poderes que lhe foram subdelegados pelo Major-General DARH, através do despacho n.º 5 937/2014, de 7 de maio, após subdelegação do Exmo. TGen VCEME no exercício de poderes no âmbito das atribuições do comando do pessoal, pelo despacho n.º 5 521/2014, de 22 de abril, por subdelegação, conferida pelo despacho n.º 4 417/2014, de S. Ex.ª o Gen CEME, inserto no *Diário da República (DR)*, 2.ª série n.º 60, de 26 de março, são promovidos ao posto de Furiel, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 305.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção, os Segundos-Furiéis em regime de contrato a seguir indicados:

Posto	NIM	Nome	Antiguidade
2Furr	(07929405)	Catarina Isabel da Costa Correia	02fev14;
2Furr	(00078211)	Vítor Alberto Rendeiro Santos Delgado	05fev14;
2Furr	(00295305)	Pedro Renato Duarte Pereira	05fev14;
2Furr	(00351811)	Tiago Filipe Alexandre Branco	05fev14;
2Furr	(00698110)	Ricardo Jorge Sousa Gonçalves	05fev14;
2Furr	(01559509)	Nilton César Duarte Lopes	05fev14;
2Furr	(01814111)	Ricardo Daniel Rodrigues Pinheiro	05fev14;
2Furr	(01833311)	José Rafael Trindade Mendes	05fev14;
2Furr	(02462609)	Sandro Martins Grou	05fev14;
2Furr	(02798511)	José Pedro Laranjeira Sousa	05fev14;
2Furr	(02939012)	José Henrique Ferreira Lagoa	05fev14;
2Furr	(02985005)	Márcio André Ribeiro Fonseca	05fev14;
2Furr	(03112010)	Rui Duarte Cação Lobo	05fev14;
2Furr	(03569210)	João de Sá Pessoa de Oliveira	05fev14;
2Furr	(06516012)	Tony da Silva	05fev14;
2Furr	(07110912)	José Pedro Teixeira Pinto	05fev14;
2Furr	(07644106)	José Manuel Ribeiro André Feijão	05fev14;
2Furr	(07707310)	Vítor José Ferreira da Cruz	05fev14;
2Furr	(08424106)	Sérgio Miguel Fonseca Carvalho	05fev14;
2Furr	(08820211)	André Marques Teixeira	05fev14;
2Furr	(08822912)	Ricardo Jorge Freitas Bento	05fev14;
2Furr	(08845511)	Rui Filipe Ferreira Borges	05fev14;
2Furr	(09014204)	Ricardo Apolinário Teixeira da Costa	05fev14;
2Furr	(09166911)	Fábio Filipe Domingos Charrua	05fev14;
2Furr	(11496910)	Daniel Loureiro Ferreira	05fev14;
2Furr	(11579712)	Alexandre Ferreira Ribeiro	05fev14;
2Furr	(15029406)	Tonni Gregório Gonçalves Pena	05fev14;
2Furr	(15057309)	Humberto Alexandre Mendonça	05fev14;
2Furr	(16846903)	João do Carmo Oliveira Pereira	05fev14;
2Furr	(17139512)	Márcio Alexandre Gonçalves Santos	05fev14;
2Furr	(18373204)	Paulo Alexandre Lomba Correia Guedes	05fev14;
2Furr	(19049910)	Rafael Gabriel dos Anjos	05fev14;
2Furr	(19273109)	Nelson Jorge Teixeira Bernardo	05fev14;
2Furr	(19308810)	Ricardo Jorge Afonso Santos	05fev14;
2Furr	(19499412)	Rui Jorge Melo da Fonseca	05fev14.

2 — A presente promoção é efetuada ao abrigo da faculdade prevista n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, minimizando a carência existente no posto de Furriel, e visa satisfazer necessidades de caráter operacional do Exército, designadamente a necessidade de desempenho de funções em Unidades operacionais em que o referido posto se mostra essencial para a formação, treino, aprontamento e sustentação operacional do Exército, para o cumprimento das Missões atribuídas.

3 — Os referidos militares contam a antiguidade no novo posto, desde a data a cada um indicado, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do posto de Furriel, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

4 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *DR*, nos termos do despacho n.º 5 453-A /2014, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional.

5 — Estas promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 5 453-A/2014, de Suas Excelências a Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 76, de 17 de abril de 2014, em referência do previsto no n.º 11 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

(Despacho n.º 7 360/2014, *DR*, 2.ª série, n.º 108 de 05jun14)

Ao abrigo dos poderes que me foram subdelegados pelo Exmo. Major-General DARH, após subdelegação do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, neste delegados por S.Ex^a o General Chefe do Estado-Maior do Exército, e no cumprimento do seu despacho de 5 de setembro de 2013 que aprova o Plano de Incorporações para 2013, atento ainda ao despacho de S. Ex^a a Secretária de Estado Adjunta da Defesa Nacional, de 19 de junho de 2013, que autoriza o Plano de Incorporações para 2013, cumprindo-se assim, o requerido no artigo 69.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro de 2012 - Orçamento do Estado para 2013, ingressam na categoria de Sargentos, em regime de contrato, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 296.º e da alínea *b*) do artigo 304.º do Estatuto Militar das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003 de 30 de agosto, 2013, no posto de Segundo-Furriel, em 7 de abril de 2014, os militares a seguir identificados:

2Furr Grad (07877810) João Diogo Gonçalves Brazão;
2Furr Grad (12529511) Joel António Gonçalves Pereira.

Os militares supra citados contam a antiguidade no novo posto desde 7 de abril de 2014, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do posto de Segundo-Furriel, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009 de 14 de outubro.

(Despacho n.º 7 178/2014, *DR*, 2.ª série, n.º 105 de 02jun14)

Ao abrigo dos poderes que me foram subdelegados pelo Exmo. Major-General DARH, após subdelegação do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, neste delegados por S.Ex^a o General Chefe do Estado-Maior do Exército, e no cumprimento do seu despacho de 5 de setembro de 2013 que aprova o Plano de Incorporações para 2013, atento ainda ao despacho de S. Ex^a a Secretária de Estado Adjunta da Defesa Nacional, de 19 de junho de 2013, que autoriza o Plano de Incorporações para 2013, cumprindo-se assim, o requerido no artigo 69.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro de 2012 - Orçamento do Estado para 2013, ingressam na categoria de Sargentos, em regime de contrato, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 296.º e da alínea *b*) do artigo 304.º do Estatuto Militar das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003 de 30 de agosto, 2013, no posto de Segundo-Furriel, em 7 de abril de 2014, os militares a seguir identificados:

2Furr Grad (01612003) Rui Pedro Bagulho Vitorino;
2Furr Grad (05582311) Henrique da Costa Santos;
2Furr Grad (08751110) Nuno Daniel Rodrigues Caiado;
2Furr Grad (11408513) Gabriel Silva Oliveira;

2Furr	Grad	(09344904)	Bruno Miguel da Cruz Andrade;
2Furr	Grad	(00482709)	Ruben Leitão Silvério António;
2Furr	Grad	(08864710)	João Tiago Fernandes de Almeida;
2Furr	Grad	(05774210)	Marcos André Santos Rendeiro;
2Furr	Grad	(00100911)	José Duarte Curvo Generoso;
2Furr	Grad	(02667309)	Tiago Manuel Simões Dantas;
2Furr	Grad	(02807309)	João Luís Fernandes Pacheco;
2Furr	Grad	(18294203)	João Pedro Martins Braz;
2Furr	Grad	(09199704)	Válter Horta Lourenço;
2Furr	Grad	(13390004)	João Francisco Saraiva da Silva;
2Furr	Grad	(19633310)	Ricardo Floriano da Costa;
2Furr	Grad	(02091003)	Fernando Paulino Rijo;
2Furr	Grad	(13224706)	Gisela Diana Rodrigues Marques;
2Furr	Grad	(02560606)	Diogo Filipe Dias Freitas;
2Furr	Grad	(04725406)	Nelson Filipe Ascensão Gonçalves;
2Furr	Grad	(00154405)	Ricardo José Ribeiro Feliciano;
2Furr	Grad	(01345105)	Pedro Gonçalo da Rosa Henriques;
2Furr	Grad	(03358604)	Luís Carlos Ramos Branquinho;
2Furr	Grad	(04667412)	Rufino Morais António;
2Furr	Grad	(07975104)	Pedro Filipe Guedes Gonçalves;
2Furr	Grad	(09972814)	Bruno Poeira Simões;
2Furr	Grad	(10849210)	Sérgio Miguel Nunes dos Santos;
2Furr	Grad	(12839502)	Victor Hugo Moreira Câmara;
2Furr	Grad	(12994610)	Sara Ribeiro Guedes;
2Furr	Grad	(13310812)	Sérgio Manuel Teixeira Duarte;
2Furr	Grad	(14474906)	André Filipe Ascensão Gonçalves;
2Furr	Grad	(15571510)	Nuno André dos Santos Monteiro;
2Furr	Grad	(15666503)	Eduarda Maria de Melo Magalhães;
2Furr	Grad	(16550711)	Tiago Emanuel Gonçalves Queirós;
2Furr	Grad	(18982211)	Sara Raquel Meireles Moreira;
2Furr	Grad	(01555911)	Diogo Edgar Silva Moreira Fernandes;
2Furr	Grad	(15286406)	Tiago Alexandre das Neves Silva;
2Furr	Grad	(02033312)	Ruben Franco Lopes;
2Furr	Grad	(08264413)	Marco António Gonçalves Pinho;
2Furr	Grad	(18291409)	Ruben Miguel Lopes Guerreiro.

Os militares supracitados contam a antiguidade no novo posto desde 7 de abril de 2014, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do posto de Segundo-Furriel, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009 de 14 de outubro.

(Despacho n.º 8 195/2014, DR, 2.ª série, n.º 119 de 24jun14)

Graduações

1 — Ao abrigo dos poderes que me foram subdelegados pelo Exmo. Major-General DARH, após subdelegação do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, neste delegados por S.Ex^a o General Chefe do Estado-Maior do Exército, são graduados no posto de Segundo-Furriel, em Regime de Contrato, nos termos do n.º 3 do artigo 305.º do Estatuto Militar das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, conjugado com o n.º 1 do artigo 40.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2014), os militares em regime de contrato, abaixo indicados:

Sold	(01555911)	Diogo Edgar Moreira Fernandes;
Sold	(02087811)	Rui Manuel Pires da Silva;

Sold		(00498412)	Luís Alexandre da Silva Vasquez;
Sold		(14424311)	Eduardo Jorge da Solva Ferreira;
Sold		(19633310)	Ricardo Floriano da Costa;
Sold		(15286406)	Tiago Alexandre das Neves Silva;
Sold		(12757506)	Filipe André Jesus Castanha;
Sold		(13266609)	Joana Filipa Rodrigues Bárbara;
Sold		(14559013)	Bruno Caetano Garcia;
Sold		(07877810)	João Diogo Gonçalves Brazão;
Sold		(02560606)	Diogo Filipe Dias Freitas;
Sold		(15617905)	Joana Rita Monteiro Couto;
Sold		(05774210)	Marcos André dos Santos Rendeiro;
Sold		(19039510)	Rui Jairo de Freitas e Abreu;
Sold		(11408513)	Gabriel Silva Oliveira;
Sold		(17811111)	Marta Filipa Xavier Pais;
Sold		(00482709)	Ruben Filipe Leitão Silvério António;
Sold		(04725406)	Nelson Filipe Ascensão Gonçalves;
Sold		(05552510)	Marco José Cravo Costa;
Sold	Inst	(00100911)	José Duarte Curvo Generoso;
Sold	Inst	(00154405)	Ricardo José Ribeiro Feliciano;
Sold	Inst	(00345410)	Daniel Eduardo Oliveira Tavares;
Sold	Inst	(00936210)	Tiago Frederico Machado Nunes;
Sold	Inst	(01345105)	Pedro Gonçalo da Rosa Henriques;
Sold	Inst	(01612003)	Rui Pedro Bagulho Vitorino;
Sold	Inst	(02033312)	Ruben Franco Lopes;
Sold	Inst	(02091003)	Fernando Paulino Rijo;
Sold	Inst	(02667309)	Tiago Manuel Simões Dantas;
Sold	Inst	(02807309)	João Luís Fernandes Pacheco;
Sold	Inst	(03358604)	Luís Carlos Ramos Branquinho;
Sold	Inst	(04031705)	Mónica Sofia Furtado Pinguinha;
Sold	Inst	(04502411)	Catarina Cachetas Borges;
Sold	Inst	(04667412)	Rufino Morais António;
Sold	Inst	(04953110)	João Daniel Sobral Ferreira;
Sold	Inst	(05582311)	Henrique da Costa Santos;
Sold	Inst	(06816104)	Daniel Filipe Pereira Castanheira;
Sold	Inst	(06931412)	Diogo José Silva Fião;
Sold	Inst	(07975104)	Pedro Filipe Guedes Gonçalves;
Sold	Inst	(08264413)	Marco António Gonçalves Pinho;
Sold	Inst	(08751110)	Nuno Daniel Rodrigues Caiado;
Sold	Inst	(08864710)	João Tiago Fernandes de Almeida;
Sold	Inst	(09199704)	Valter Horta Lourenço;
Sold	Inst	(09344904)	Bruno Miguel da Cruz Andrade;
Sold	Inst	(09413605)	Ricardo José Mendes Pinto;
Sold	Inst	(09972814)	Bruno Poeira Simões;
Sold	Inst	(10849210)	Sérgio Miguel Nunes dos Santos;
Sold	Inst	(11346009)	Paulo Alexandre Castro Fernandes;
Sold	Inst	(11739912)	João Marcelo de Sá Moraes;
Sold	Inst	(12529511)	Joel António Gonçalves Pereira;
Sold	Inst	(12839502)	Victor Hugo Tavares Moreira Camara;
Sold	Inst	(12994610)	Sara Ribeiro Guedes;
Sold	Inst	(13224706)	Gisela Diana Rodrigues Marques;
Sold	Inst	(13310812)	Sérgio Manuel Teixeira Duarte;
Sold	Inst	(13390004)	João Francisco Saraiva da Silva;
Sold	Inst	(13397410)	André Daniel Lopes Pires;
Sold	Inst	(14112404)	João Filipe Sousa Guerra;

Sold	Inst	(14474906)	André Filipe Ascensão Gonçalves;
Sold	Inst	(14596306)	Diogo Filipe Ribeiro Fernandes;
Sold	Inst	(14817409)	Filipe José Monteiro Henriques;
Sold	Inst	(15571510)	Nuno André dos Santos Monteiro;
Sold	Inst	(15666503)	Eduarda Maria de Melo Magalhães;
Sold	Inst	(16426713)	António Miguel Ribeiro Moreira;
Sold	Inst	(16550711)	Tiago Emanuel Gonçalves Queirós;
Sold	Inst	(17085813)	Hugo Marques Martins;
Sold	Inst	(18291409)	Ruben Miguel Lopes Guerreiro;
Sold	Inst	(18294203)	João Pedro Martins Braz;
Sold	Inst	(18982211)	Sara Raquel Meireles Moreira.

2 — Completaram o período de três meses após o início da Instrução Complementar, referente ao 1.º CFS 2013, inserido no Plano de Incorporações para 2013, e no cumprimento do despacho de 5 de setembro de 2013 que aprova o Plano de Incorporações para 2013, atento ainda ao despacho de S. Ex.^a a Secretária de Estado Adjunta da Defesa Nacional, de 19 de junho de 2013, que autoriza o Plano de Incorporações para 2013, cumprindo-se assim, o requerido no artigo 69.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro de 2012 - Orçamento do Estado para 2013.

3 — Contam a graduação no posto de Segundo-Furiel, desde 7 de abril de 2014, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

4 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de graduação no *Diário da República*, nos termos da alínea a) do n.º 10 do artigo 10.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

(Despacho n.º 5 280/2014, DR, 2.ª série n.º 74 de 15abr14)

Cessação de Graduação

Por despacho de 17 de junho de 2014 do Chefe da RPM, praticado no âmbito da subdelegação de competências conferidas pelo despacho n.º 5 937/2014 de 23 de abril de 2014 do Exmo. MGen DARH, publicado no *Diário da República (DR)*, 2.ª série, n.º 87, de 7 de maio de 2014, após subdelegação do Ex.mo TGen VCEME no exercício de poderes no âmbito das atribuições do Comando do Pessoal, pelo despacho n.º 5 521/2014, de 27 de março, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 78, de 22 de abril de 2014, por subdelegação conferida pelo despacho n.º 4 417/2014 de 12 de março de 2014, de S. Ex.^a o Gen CEME, inserto no *DR*, 2.ª série, n.º 60, de 26 de março, é cessada a graduação desde 20 de maio de 2014, ao Furr Grad (10818904) **Filipe Miguel Godinho Gomes**, nos termos da alínea d) do artigo 70.º do Estatuto Militar das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto.

(Despacho n.º 8 253/2014, DR, 2.ª série, n.º 120 de 25jun14)

Por despacho de 19 de maio de 2014 do Chefe da RPM, praticado no âmbito da subdelegação de competências conferidas pelo despacho n.º 5 937/2014 de 23 de abril de 2014 do Exmo. MGen DARH, publicado no *Diário da República (DR)*, 2.ª série, n.º 87 de 7 de maio de 2014, após subdelegação do Exmo. TGen VCEME no exercício de poderes no âmbito das atribuições do Comando do Pessoal, pelo despacho n.º 5 521/2014, de 27 de março, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 78 de 22 de abril de 2014, por subdelegação conferida pelo despacho n.º 4 417/2014 de 12 de março de 2014, de S. Ex.^a o Gen CEME, inserto no *DR*, 2.ª série, n.º 60, de 26 de março, é cessada a graduação desde 1 de maio de 2014, nos termos da alínea d) do artigo 70.º do Estatuto Militar das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, aos militares abaixo indicados:

2Furr	Grad	(11346009)	Paulo Alexandre Castro Fernandes;
2Furr	Grad	(14596306)	Diogo Filipe Ribeiro Fernandes;

2Furr Grad (14817409) Filipe José Monteiro Henriques;
2Furr Grad (16426713) António Miguel Ribeiro Moreira.

(Despacho n.º 7 076/2014, DR, 2.ª série, n.º 104 de 30mai14)

III — OBITUÁRIO

Faleceram os militares abaixo mencionados da SecApoio/RRRD:

1999

janeiro 24 2Sarg Mil (53094611) José Correia da Rocha.

2000

janeiro 31 1Sarg Mil (51208611) José de Quintal.

2012

agosto 19 1Sarg Mil (02208011) Manuel Henriques.

2014

abril 01 Sold DFA (01536266) Virgilino Pinto Gonçalves Vaz;
abril 28 Sold DFA (11866867) Óscar Nelson Carvalho das Neves Jacob;
maio 23 Sold DFA (06377969) António Nuno Moreira.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, General.

Está conforme:

O Vice-CEME no exercício de poderes no âmbito das atribuições do Comando do Pessoal

António Carlos de Sá Campos Gil, Tenente-General.